|  |
| --- |
| **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET** |

**Pregão Eletrônico No 08/2016**

**Processos Nº 48000.000678/2016-94**

|  |
| --- |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Pessoa para contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Recebemos, por intermédio do acesso à página do [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/) ou [**www.mme.gov.br**](http://www.mme.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.  Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do **fax (061) 2032-5951** ou e-mail: [**licitacao@mme.gov.br**](mailto:licitacao@mme.gov.br).

**TELEFONES – (XX61) 2032-5630 – 2032-5957 – 2032-5554**

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Edital do Pregão Eletrônico no 08/2016-MME**

|  |
| --- |
| **01 – Do Objeto**  **02 – Dos Recursos Orçamentários**  **03 – Do Credenciamento**  **04 – Da Participação**  **05 – Do Envio da Proposta**  **06 – Das Propostas e Formulação de Lances**  **07 – Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora**  **08 – Da Habilitação**  **09 – Da reabertura da Sessão Pública**  **10 – Do Encaminhamento da Proposta Vencedora**  **11 – Dos Recursos**  **12 – Da Adjudicação e Homologação**  **13 – Da Garantia de Execução**  **14 - Do Termo de Contrato**  **15 – Da Repactuação**  **16 – Da Aceitação do Objeto e da Fiscalização**  **17 – Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental**  **18 – Das Obrigações do Contratante e da Contratada**  **19 – Do Pagamento**  **20 – Das Sanções Administrativas**  **21 – Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento**  **22 – Das Disposições Gerais**  **23 – Do Foro** |
| **Anexos integrantes do edital:**  **ANEXO I –** Termo de Referência  **ANEXO II** – Relação de Uniformes a serem Disponibilizados  **ANEXO III** - Relação de Materiais a serem Disponibilizados  **ANEXO IV** - Planilha de Custos e Formação de Preços  **ANEXO V** – Modelo de Proposta de Preços  **ANEXO VI** – Modelo de Declarações  **ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Vistoria  **ANEXO VIII** – Modelo de Autorização para Abertura de Conta Vinculada  **ANEXO IX** – Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito  **ANEXO X** – Minuta de Contrato  **ANEXO XI** – Termo de Conciliação Judicial |

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2016**

(Processo Administrativo n° **48000.000678/2016-94**)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado(a) na Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446-Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.

Data da sessão: **18/07/2016**

Horário: **10:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, **o horário de Brasília – DF,** inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO
   1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado),** de forma contínua, incluindo o fornecimento de todo material de consumo e de reposição necessários, por demanda, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia/MME, em Brasília/DF, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 3200016; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.37

1. DO CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010 de 11 de outubro de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
      6. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 4° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008.
   3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
3. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. **O valor mensal e o valor anual do Item.**
      2. Descrição detalhada do objeto contendo, entre outras, as seguintes informações:
         1. os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto neste instrumento e modelos anexos;
         2. a indicação do(s) sindicato(s), acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, acompanhada de cópia da Convenção Coletiva de Trabalho que estipulou o salário base da proposta apresentada;
         3. a produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de sua exequibilidade;
         4. a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
         5. a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;
   6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de **Planilha de Custos e Formação de Preços**, conforme Anexo deste Edital;
      1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
      2. Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.
   8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
4. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
   1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor anual total do item**.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
   15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
       1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
      1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
         1. comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
         2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
   3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
   4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
   5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   6. O Pregoeiro convocará o licitante, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *chat*, o prazo máximo de **03 (três) horas** a contar da solicitação, para enviar a documentação de habilitação e a proposta ajustada ao seu lance final pelo e-mail: [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br), sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
      2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as Planilhas de Custos readequadas com o valor final ofertado.
      3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
      4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
      5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
         1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
   7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
6. DA HABILITAÇÃO
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
      1. SICAF.
      2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).
      3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/ improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/%20improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
      4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
      5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
      6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
   2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outro de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **3 (três)horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   3. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outubro de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação econômico-financeira e técnica:
   4. **Habilitação jurídica:** 
      1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
   5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
      3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
      5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
      7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
      8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   6. **Qualificação econômico-financeira:** 
      1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
         1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
       1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
       2. Comprovação de patrimônio líquido de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
  1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **Qualificação Técnica,** por meio de:
     1. **Registro ou Inscrição** na entidade profissional competente da região a que estiver vinculada a licitante (Conselho Regional de Administração – CRA), pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade;
     2. **Declaração** de que dispõe de instalações e de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Contratante, considerando a magnitude do serviço a ser contratado e o rol de atividades administrativas que ele implica à Contratada, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.
     3. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da licitante**,** onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características e prazos com o objeto, nos quais constem referências às parcelas de maior relevância técnica, conforme especificações constantes neste Termo de Referência – Anexo I deste Edital, assim consideradas:
        1. ***Prestação de serviços de copeiragem,* *em que apresente uma quantidade igual ou superior a 20(vinte)\* funcionários, constituídos no mínimo de 10(dez) copeiras e de 10(dez) garçons, por prazo igual ou superior a 3(três)\*\* anos*.**

**Nota**:

(\*) - a quantidade representa 66,6% (sessenta e seis vírgula seis por cento) do quantitativo do objeto, portanto a solicitação não é discricionária e nem restritiva a competição, de conformidade com a legislação;

(\*\*) - O art. 30, inciso II da Lei 8666/93 autoriza expressamente a Administração a exigir da licitante a comprovação de que já executou objeto compatível, **em prazo**, com o que está sendo licitado. De acordo com o art. 57, inciso II, dessa lei, os contratos para prestação de serviços de forma contínua (o quê é o presente caso), poderão ser prorrogados por até 60(sessenta) meses, o que na prática remete o prazo do futuro Contrato para 5(cinco) anos, de forma que a presente solicitação (relevância) de 3(três) anos, representa apenas 60%(sessenta por cento) do prazo potencial em comento, portanto, não sendo discricionária e nem restritiva competição.

8.7.3.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;

8.7.3.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.7.3.4 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

8.7.3.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.7.4 **Declaração de Vistoria Técnica,** conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Edital, fornecido pela Coordenação de Atividades Gerais/ COAGE/CGRL/SPOA/ SE/MME a ser realizada por intermédio do Responsável Técnico do quadro da licitante, declarando que vistoriou o local e teve conhecimento das condições ambientais e técnicas onde serão executados os serviços, de forma a subsidiar a proposta da licitante:

**a)** A vistoriadeveráser efetuada no período compreendido entre a data da publicação deste Edital **até 02 (dias**) **anterior** à data da licitação e deverá ser realizada por Representante Técnico da empresa interessada, acompanhada por servidor da COAGE/CGRL/SPOA/MME;

**b)** A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, **após minuciosa leitura deste Edital** (**inclusive leitura dos Anexos**), pelos telefones (61) 2032-5563 – (61) 2032-5090, e será acompanhada por servidor da Coordenação de Atividades Gerais/COAGE/ CGRL/SPOA/SE/MME, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria;

**c)** A Licitante que não realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de que não realizou a mesma, mas responsabiliza-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do Contrato.

* + 1. As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens **8.4, 8.5 e 8.6** estando todas obrigadas, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:

1. **Declaração que inexiste fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o modelo do **Anexo VI** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
2. **Declaração que não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
3. **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital.
4. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
5. **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
6. **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;
8. **Declaração** da licitante, acompanhada de Relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste Edital, **de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante,** que deverá ser atualizado na forma descrita no subitem 8.6deste Edital, e de acordo com o inciso XXIV do art.19 da IN SLTI/MPOG 02 com alterações**,** observados os seguintes requisitos:

**h1)** a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício–**DRE,** relativa ao último exercício social**;**

**h2)** caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício–DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deveráapresentar justificativas**;** e

**h3)** certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

* 1. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema *upload*, no prazo de **03 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br).
     1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
  2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
     1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
  3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  4. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
  5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  8. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
   1. A sessão pública poderá ser reaberta:
      1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
      2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta
      1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
      2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, no prazo máximo de **03 (três) dias**, para o **Ministério de Minas e Energia, Coordenação de Licitações e Compras**, Sala 446 – Esplanada dos Ministérios Bloco “U” – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 -a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônicoe deverá:
      1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. apresentar a Planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
      3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. DOS RECURSOS
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. O adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
      1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
      2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
   2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
   3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
      1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
      2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
      3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
      4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
   4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
   5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
   6. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
   7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
   8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
   9. Após a execução do Contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
      1. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela Contratada.
   10. Será considerada extinta a garantia:
       1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
       2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.
6. DO TERMO DE CONTRATO
   1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse do Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no Contrato.

* 1. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta *on line* ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
     1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e anexos.
  2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento*.*
  3. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  4. A licitante vencedora deverá apresentar a comprovação da pessoa física, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.

1. DA REPACTUAÇÃO
   1. As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
2. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
   1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.
3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando, ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17.2Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR**, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, **Anexo I**, deste Edital.

17.3Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

17.4Se identificado vazamentos em torneiras ou sifão, lâmpadas queimadas ou piscando, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, imediatamente, o representante da Contratada deverá comunicar o Contratante, por escrito.

17.5 Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.

17.6 Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO n° 289/06 e nº 243/09.](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtosPBE/regulamentos/Portaria289_2006.pdf)

17.7 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.

17.8Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.

1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1. DO PAGAMENTO
   1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, pelo Contratante, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observado o disposto na Lei no 4.320/64.
   2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de **5 (cinco) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
   3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
   5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
      1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
   6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital.
   9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
   10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   11. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
   12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
   13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
   14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |
| 365 |

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art.28 do Decreto nº 5.450/2005, **na** **fase licitatória, a empresa participante** está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:

1. Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
2. Apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
3. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
4. Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
5. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

**e1)** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

* 1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

1. advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
2. Multa moratória diária de **1%** (um por cento), sobre o valor total do Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de **2% (**dois por cento);
3. multa moratória diária de **0,07%** (um décimo por cento) sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
4. multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos seguintes casos quando:

**d1** – constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

**d2** – deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

**d3** – atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas.

**d4** – atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.

1. multa diária de **1%** (um por cento), sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na abertura da conta corrente de que trata o item 21 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
2. multa diária de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
3. multa compensatória de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
   1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
   2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações
      1. **Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).**
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF- CEP 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I – Termo de Referência
       2. ANEXO II – Relação de Uniformes a serem Disponibilizados
       3. ANEXO III - Relação de Materiais a serem Disponibilizados
       4. ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços
       5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços
       6. ANEXO VI – Modelo de Declarações
       7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Vistoria
       8. ANEXO VIII – Modelo de Autorização para Abertura de Conta Vinculada
       9. ANEXO IX – Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito
       10. ANEXO X – Minuta de Contrato
       11. ANEXO XI – Termo de Conciliação Judicial

**23. DO FORO**

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 06 de julho de 2016.

Cláudete Martins

Pregoeira

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Processo Administrativo nº 48000.000678/2016-94**

1. **DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, auxiliar operacional e encarregado), de forma contínua, por demanda, incluindo o fornecimento de todo material de consumo e de reposição necessários, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia-MME, em Brasília/DF, conforme especificações a seguir.

1. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. O Contrato atual terá sua vigência encerrada em 11 de julho de 2016, sendo necessária a realização de novo procedimento licitatório a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, já que esses são imprescindíveis para garantir o funcionamento das copas do Ministério de Minas e Energia no que tange ao preparo e distribuição de café e água potável aos servidores, autoridades e visitantes;
   2. O Ministério de Minas e Energia não dispõe de servidores em seu quadro de pessoal para a realização dessas atividades, haja vista que a Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, extinguiu diversos cargos no âmbito da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, incluindo-se aí os cargos objeto dos serviços contratados. O art. 2º da Lei nº 9.632 de 1998, assim dispõe:

*“As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes do Anexo desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.”*

* 1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
  2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
  3. A contratação dos serviços com fornecimento de material resultará, ainda, em economia para a administração, visto que poupa a Administração de compras onerosas neste momento de redução geral no Orçamento Público;
  4. Os serviços deverão ser iniciados mediante emissão de Ordens de Serviços, com o detalhamento do quantitativo de serviço e material a ser fornecido pela empresa contratada;
  5. Ainda que a licitação seja realizada com o quantitativo de postos de trabalhos e de materiais do Contrato em vigor, não será possível demandar inicialmente o quantitativo total licitado, em função da atual situação de contingenciamento do limite de empenho das despesas discricionárias na Administração Pública, por força dos Decretos 8.676 e 8.700, de 19.02 e 30.03, do corrente ano.

1. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
2. A licitação será realizada na modalidade denominada pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei no 8.666/93, Decreto nº 3.555/2000, Lei no 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 02/2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicáveis ao caso, uma vez que se trata de serviços comuns, com especificações usuais no mercado para os materiais e a mão-de-obra (em características, quantidades e especificidades, e facilmente encontráveis no mercado), aptos a satisfazer as necessidades da Administração;

3.2 Enfim, os serviços referenciados neste Termo de Referência são de natureza continuada, e enquadram-se na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 4º, do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 – Pregão Eletrônico, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido neste termo, por meio de especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, conforme art. 1º da Lei 10.520/2002, art. 4º do Decreto nº 6.450/2005 e art. 15 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008.

1. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.**
   1. **Os serviços de COPEIRA serão executados conforme discriminado abaixo:**
2. Recolher as garrafas térmicas de café nas salas que se utilizarem desses serviços, na primeira hora da manhã e da tarde; nesses casos as garrafas serão repostas até às 09:00 horas no período da manha e até às 14:30 horas no período da tarde;
3. Manipular e preparar café no recinto das copas, no horário fixado pela fiscalização do Contratante, nos períodos da manhã e a tarde;
4. Comunicar de imediato ao Encarregado, qualquer dificuldade, defeito no equipamento ou outros fatos que venham a constituir óbice para a boa e perfeita execução dos serviços;
5. Ser assídua e pontual;
6. Apresentar-se para o serviço diário com uniforme completo (touca, calça, blusa, sapato, meias e avental), limpos, com os cabelos presos e tratados, de modo que esteja sempre em boa apresentação;
7. Auxiliar os garçons nos serviços diários;
8. Efetuar a limpeza geral em todas as dependências internas das copas (pias, sifões externos, torneiras, registros, trincos de portas e demais metais cromados; como também geladeira, maquina de fazer café, carrinho), utilizando produtos adequados para cada tipo, não prejudiciais à saúde humana, conservando o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança;
9. Efetuar a limpeza semanal, com flanela úmida e sabão neutro em paredes pintadas e azulejadas, portas, rodapés e móveis das copas;
10. Utilizar, quando necessária, esponja de aço para dar brilho em utensílios de alumínio e usar agentes de polimento adequado, quando for necessário dar brilho ou retirar manchas em utensílios de inox;
11. Os panos de chão utilizados nas copas deverão ser lavados nos tanques, especialmente instalados para essa finalidade, localizados nos banheiros dos próprios andares, sendo que a higienização do piso será feito com auxílio de baldes e com uso obrigatório de luvas, devendo a água de lavagem ser despejada no ralo;
12. O pano de secagem de utensílios deverá ser utilizado exclusivamente para esta finalidade e lavado pelo menos duas vezes ao dia na própria copa com sabão apropriado;
13. Recolher o lixo, proveniente do serviço, duas vezes por dia ou sempre que se fizer necessário, sempre acondicionados em sacos plásticos, removendo para local apropriado indicado pela Administração.
    1. **Os serviços de Garçons e Garçonetes serão executados conforme discriminado abaixo:**
14. Servir água em copos de vidro ou cristal e café em xícaras de louça/porcelana em pelo menos 02(duas) vezes em cada período – manhã e tarde – nos gabinetes das autoridades ocupantes dos cargos em comissão DAS 101.4 e superiores, e em reuniões e eventos quando solicitados;
15. Ser assíduo e pontual;
16. Apresentar-se para o serviço diário com uniforme completo (paletó/blazer preto, calça preta, camisa branca, gravata borboleta ou lenço preto, sapato preto e meia preta), limpos; sempre barbeado, cabelos aparados/presos e limpos, sapatos engraxados, de modo que esteja sempre em boa apresentação;
17. Observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como as normas internas do órgão/entidade;
18. Atender as normas de higiene e saúde instituídas para o cumprimento de suas atividades;
19. Auxiliar as copeiras na manutenção e organização das copas;
20. Observar o horário de servir o café nos gabinetes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Turno | Horários | |
| Matutino | 08h15min | 10h15min |
| Vespertino | 14h15min; | 16h15min |

* 1. **Os serviços de Encarregado serão executados conforme discriminado abaixo:**
  2. Coordenar e fiscalizar o bom andamento dos serviços diariamente, obedecidas as orientações regulamentares, zelando pela qualidade dos mesmos;
  3. Fazer o controle das folhas de ponto dos empregados, **diariamente;**
  4. Cuidar da adequada apresentação pessoal dos empregados, verificando se os mesmos estão devidamente uniformizados e identificados por crachás, cujo uso é obrigatório diariamente;
  5. Manter-se em contato permanente com o Fiscal do Contrato, e sempre que necessário manter todos os documentos relativos a prestação dos serviços ou aos empregados sob sua responsabilidade atualizada;
  6. Ser assíduo e pontual, apresentar-se sempre com o uniforme limpo e bem passado, com os cabelos presos (feminino) e curtos (masculino), limpos;
  7. Distribuir para as copas todo o material de limpeza, bem como o quantitativo de café, açúcar refinado e cristal, adoçante, observando o consumo mensal de cada copa;
  8. Encaminhar à fiscalização cópia do mapa semanal de distribuição de material de limpeza e consumo para as copas;
  9. Informar ao Fiscal do Contrato as faltas, saídas eventuais dos empregados e providenciar, imediatamente, substitutos para os funcionários que faltarem ao trabalho, quaisquer que sejam a natureza das faltas.
  10. **Os serviços de Auxiliar Operacional serão executados conforme discriminado abaixo:**

1. Higienizar os garrafões de água previamente a sua distribuição, mediante a aplicação de vapor d’água aquecida com a utilização do *vaporeto* ou não ausência desses, com o uso de álcool em gel aplicado com o auxílio de tecidos descartáveis;
2. Repor os garrafões de água em todos os bebedouros distribuídos pelo Ministério, quando necessário, observando que a reposição somente ocorrerá quando o garrafão estiver totalmente esvaziado;
3. Fazer a higienização dos bebedouros, inclusive as torneiras, diariamente, quando da ocasião da 1ª reposição, com uso de álcool em gel, aplicado com o auxílio de tecidos descartáveis;
4. Cumprir a determinação de que não será permitida a manipulação de restos de água de garrafões para completar o volume de outros;
5. Retornar com os garrafões vazios ao Depósito Central;
6. Repor os copos descartáveis nos suporte de copos que ficam disponíveis ao lado dos bebedouros;
7. Comunicar de imediato ao Encarregado qualquer dificuldade, defeito no equipamento ou outros fatos que venham a constituir óbice para a boa e perfeita execução dos serviços;
8. Ser pontual e assíduo, apresentando-se sempre barbeado, cabelos e unhas aparados e limpos, e devidamente uniformizado;
9. Observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como as normas internas do órgão/entidade;
10. Utilizar, sempre que possível, os elevadores de serviço para o transporte do material necessário a realização dos serviços.
11. **DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
    * 1. **Quantitativo**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Categoria | Unidade | Quantidade |
| 1 | Encarregado | Posto de trabalho | 1 |
| 2 | Copeira | Posto de trabalho | 13 |
| 3 | Garçom | Posto de trabalho | 11 |
| 4 | Garçonete | Posto de trabalho | 3 |
| 5 | Auxiliar operacional | Posto de trabalho | 1 |
|  | TOTAL | | 29 |

* + 1. Os postos de serviços obedecerão à escala de serviços estabelecida e cumprirão a **Escala/Jornada de trabalho** abaixo discriminada:

5.2.1 A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período compreendido de **07h00min ás 22h00min**, mediante escala de serviços a ser determinada pela Administração, respeitada a legislação trabalhista e a jornada semanal de 44 horas, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT, inicialmente, da seguinte forma:

| **Categoria** | **Escala/Jornada de Trabalho Semanal** | | **Carga horária semanal (h)** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Escala** | **Jornada** |
| ENCARREGADO | 2ª a 5ª feira | 07h00min às 17h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço. | 44 |
| 6ª feira | 07h00min às 16h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço. |
| COPEIRA | 2ª a 5ª feira | 07h00min às 17h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço. | 44 |
| 6ª feira | 07h00min às 16h00min, com intervalo de 1(uma) hora de para almoço. |
| GARÇON / GARÇONETE | 2ª a 5ª feira | 08h00min às 18h00min – com intervalo de 1(uma) hora para almoço. | 44 |
| 6ª feira | 08h00min às 17h00min – com intervalo de 1(uma) hora para almoço. |
| 2ª a 5ª feira | 11h00min às 21h00min - com intervalo de 1(uma) hora para almoço. |
| 6ª feira | 11h00min às 20h00min - com intervalo de 1(uma) hora para almoço. |
| AUXILIAR OPERACIONAL | 2ª a 5ª feira | 07h00min às 17h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço. | 44 |
| 6ª feira | 07h00min às 16h00min, com intervalo de 1(uma) hora para almoço. |

* + 1. **Local da prestação dos Serviços**
    2. Os serviços serão prestados nas dependências do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília – DF, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília/DF;
    3. A escala e o horário de trabalho inicialmente estipulados acima poderão ser alterados conforme a necessidade do Contratante, com labor também no sábado, respeitando-se a jornada de trabalho prevista em lei. Eventuais necessidades de labor no domingo e feriados poderão ocorrer, com as devidas compensações no transcorrer da semana, na relação de um dia de trabalho por dois de folga;
    4. A atividade do profissional será conduzida/gerenciada pelo Encarregado e coordenada pelo Fiscal do Contrato, nos termos da legislação em vigor (44 horas semanais);
    5. Os salários dos profissionais colocados à disposição do CONTRATANTE, para execução dos serviços contratados, não poderão ser inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizados do Distrito Federal e o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal;
    6. **Da demanda dos serviços**
    7. Os serviços deverão ser iniciados mediante emissão de Ordens de Serviços, com o detalhamento do quantitativo de serviço e material a ser fornecido pela empresa contratada;
    8. Ainda que a licitação seja realizada com o quantitativo de postos de trabalhos e de materiais do Contrato em vigor, não será possível demandar inicialmente o quantitativo total licitado, em função da atual situação de contingenciamento do limite de empenho das despesas discricionárias na Administração Pública, por força dos Decretos 8.676 e 8.700, de 19.02 e 30.03, do corrente ano;
    9. No caso específico do Ministério de Minas e Energia, embora o valor da contratação esteja previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA/2016, o limite de movimentação orçamentária definida a partir da publicação do decreto 8.700/2016 é insuficiente para cobrir as despesas com o valor total licitado;
    10. Assim, diante da nova situação de restrição orçamentária que se apresenta, os serviços de copeiragem serão executados sob demanda, com quantitativo menor do que o Contrato atual, dependendo da atual disponibilidade deste órgão, e serão aumentados gradualmente, de forma a reduzir ao mínimo os transtornos causados aos usuários internos e externos, considerando o padrão de atendimento até então praticado durante esta gestão.

1. **DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.**
   1. Para fins de avaliação da qualidade dos serviços a serem prestados, bem como seu aceite, os ficais do Contrato enviarão mensalmente aos gestores o Acordo de Níveis de Serviço – ANS devidamente preenchido, conforme Anexo I – “A” deste Termo de Referência**.**
   2. A Contratada deverá atentar-se para as condições especificadas no referido Acordo constante no Anexo I – “A” deste Termo de Referência, sob pena de retenções nas faturas de pagamento e sanções previstas no neste Termo de Referência.
2. **DOS UNIFORMES**
   1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados, do sexo masculino e feminino, deverão ser condizentes com a atividade a serem desempenhadas, sem qualquer repasse do custo para o empregado, com as seguintes características:

| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Quant. Semestral** | **Quant. Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GARÇOM** | 1 | **CALÇA –** sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Tecido Bi-Strech; (100% Poliéster); Largura (M): +- 1,48; gramatura: 282 G/M.  **Cor**: preta.  **Modelo:** social reta sem pregas, frente com perneta (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho). Com dois bolsos laterais e 2 bolsos traseiros.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 3 | 6 |
| 2 | **PALETÓ-** social masculino,sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Tecido Bi-Strech; (100% Poliéster); Largura (M): +- 1,48, gramatura: 282 G/M.  **Modelo**: ***frente*** fechado por 02 (dois) botões com casa de olho; ***parte interna*** todo forrado com forro 100% sarja de acetato, vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro.  **Cor:** preta.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 2 | 4 |
| 3 | **CAMISA** – Modelo para garçom, sob medida de acordo com o manequim do usuário, tecido de qualidade não permitindo transparecer o corpo.  **Tecido:** 60% algodão e 40% poliéster, largura: 1,60m ; 155 g/m linear;  **Cor:** branca  **Modelo:** frentecom detalhes de pala em Piquet no peito, sendo o forro próprio o tecido da camisa, punhocom botões, colarinho tradicional clássico.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação nacional. | Un | 4 | 8 |
| 4 | **GRAVATA BORBOLETA**  **Tecido:** cetim  **Cor**: preta  **Modelo:** com 02 (duas) dobras e prendedor no colarinho. | Un | 2 | 4 |
| 5 | **MEIA -** tamanho de acordo com o usuário.  **Tecido:** 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano.  **Cor:** preta  **Modelo:** cano longo. | Par | 4 | 8 |
| 6 | **SAPATO MASCULINO**  **Cor:** preta  **Modelo:** em couro em Napa confort, forro do cabedal de couro; forro do suador em cotelle; calcanheira inteira forrada de couro; sola pro shock z2 cafe/verde translucida tr; palmilha montagem antimicrobiana pro shock z2.; calcanheira conformada pu verm 1500 4450- Zona de amortecimento dianteira: Sistema “Comfort Structure” com estruturas massageadoras que favorecem a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés , reduz o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionam alivio de dores nas costas e pescoço provocados por impactos ao caminhar e postura inadequada.  Fabricação nacional. | Par | 2 | 4 |
| 7 | **CINTO**  **Modelo:** social masculino, confeccionado em couro legítimo, fivela fixo em aço níquel escovado.  **Cor**: preta  **Medida:** 40 mm de largura, sem costura, com fivela fixa 5,5 cm X 4,9 cm. | Un | 2 | 4 |
| **GARÇONETE** | 1 | **CALÇA FEMININA –** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Gabardine com Elastano (96% poliéster 4% elastano). Largura: 1,47.  **Cor:** preta.  **Modelo:** sem prega, com cós anatômico de 3,5 cm, com frente fechado por zíper, barra overlock, nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 3 | 6 |
| 2 | **BLAZER FEMININO -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Gabardine com Elastano (96% poliéster e 4% elastano). Largura: 1,47.  **Cor:** preta  **Modelo:** corte clássico social com gola de alfaiate forrada e entretelada**.**  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 2 | 4 |
| 3 | **CAMISA FEMININA -** sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor:** branca  **Modelo**: maga longa, colarinho tradicional clássico entretelado, punho com botões, com 2 (dois) pences nas costas.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 4 | 8 |
| 4 | **LENÇO**  **Tecido:** Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor:** preta | Un | 2 | 4 |
| 5 | **MEIA ¾**  **Tecido:** composição mínima de 84% poliamida e máxima de 86%.  **Cor:** da pele  **Modelo:** ¾ fio 15 | Par | 4 | 8 |
| 6 | **SAPATO FEMININO**  **Cor:** preta  **Modelo:** scarpin de moda feminina, modelo Usaflex ou similar, confeccionado em couro com detalhes vazados para maior ventilação. Macio para oferecer o máximo de conforto. Palmilha:  em PU, ultramacia, que garante absorção de impacto e molda-se aos pés, garantindo uma ótima ventilação e distribuindo igualmente o peso corporal. Forro que garanta o acabamento do calçado, além de proporcionar proteção e segurança ao caminhar. Salto: robusto fachetado, oferecendo conforto e mantendo a estabilidade. Também promove melhor circulação sanguínea. Altura: Salto 5cm.  **Peso:** + ou - 635g  Fabricação Nacional. | Par | 2 | 4 |
| 7 | **PRENDEDOR DE CABELO**  **Modelo:** com laço em cetim e redinha.  **Cor:** preta | Un | 2 | 4 |
| **COPEIRA** | 1 | **CALÇA FEMININA ou SAIA -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Gabardine com elastano, (96% Poliéster e 4% elastano). Largura (M):+- 1,47 m.  **Cor:** a definir  **Modelo:** sem prega, com cós anatômico de 3,5 cm, frente fechado por zíper. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 3 | 6 |
| 2 | **CAMISETE -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor:** a definir na execução.  **Modelo:** Manga curta, sem gola, com abertura atrás, fechada por 01 (um) botão.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 4 | 8 |
| 3 | **AVENTAL -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Oxford risca de giz.  **Cor:** a definir.  **Modelo:** Gola sport, 03 (três) botões no corpete, cintura marcada com costura, bolso lateral. Costa com alça cruzada fixada com 2 (dois) botões e laço. Logo da empresa bordado à altura do peito da cor da camisete.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 2 | 4 |
| 4 | **MEIA**  **Tecido:** 100% poliamida  **Cor:** cor preta  **Modelo:** tamanho único | Par | 4 | 8 |
| 5 | **SAPATO FEMININO**  **Cor:** preta  **Modelo:** sapato mocassim de moda feminina, modelo Usaflex ou similar, confeccionado em couro com prespontos manuais na borda. Palmilha em PU, ultramacia, que garante absorção de impacto e furos que facilitam na respiração do calçado. Forro que garante o acabamento do calçado, além de proporcionar proteção e segurança ao caminhar. Solado antiderrapante. Altura: Salto 1,5cm  Peso: + ou - 525g  Fabricação Nacional. | Par | 2 | 4 |
| 6 | **TOUCA -** para prender cabelos.  **Tecido**: para rede filó macio ou tecido fino de fácil transpiração e para faixa tecido a combinar.  **Cor:** a definir.  **Modelo**: faixa e rede de filó macio ou tecido fino de fácil transpiração. | Un | 2 | 4 |
| 7 | **CASACO DE FRIO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** malha encorpada ou de lã.  **Cor:** a definir.  **Modelo:** cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 1 | 2 |
| **ENCARREGADO** | 1 | **CALÇA -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Tecido Bi- Strech; (100% Poliéster); Largura (M):+- 1,48, gramatura: 282 G/M.  **Cor:** a definir.  **Modelo:** social reta sem pregas, frente com perneta (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho), com dois bolsos laterais e 2 bolsos traseiros. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 3 | 6 |
| 2 | **CAMISA** - sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** tecido 60% algodão e 40% poliéster, largura: 1,60m; 155 g/m linear  **Cor:** a definir.  **Modelo:** bolso lateral,colarinho tradicional clássico, logo da empresa bordado. Não permitir transparecer o corpo.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 4 | 8 |
| 3 | **MEIA**  **Tecido:** 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano  **Cor:** cor preta  **Modelo:** cano longo, tamanho de acordo com o usuário. | Par | 4 | 8 |
| 4 | **SAPATO MASCULINO**  **Cor:** preta  **Modelo:** em couro em Napa confort, forro do cabedal de couro; forro do suador em cotelle; calcanheira inteira forrada de couro; sola pro shock z2 cafe/verde translucida tr; palmilha montagem antimicrobiana pro shock z2.; calcanheira conformada pu verm 1500 4450- Zona de amortecimento dianteira: Sistema “Comfort Structure” com estruturas massageadoras que favorecem a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés , reduz o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionam alivio de dores nas costas e pescoço provocados por impactos ao caminhar e postura inadequada.  Fabricação Nacional. | Par | 2 | 4 |
| 5 | **CINTO**  **Modelo:** social masculino, confeccionado em couro legítimo, fivela fixo em aço níquel escovado.  **Cor**: preta  **Medida:** 40 mm de largura, sem costura, com fivela fixa 5,5 cm X 4,9 cm. | Un | 2 | 4 |
| 6 | **CASACO DE FRIO MASCULINO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** malha encorpada ou de lã.  **Cor:** a definir.  **Modelo:** cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 1 | 2 |
| **AUXILIAR OPERACIONAL** | 1 | **CALÇA**  **Tecido:** Brim  **Cor:** a definir.  **Modelo:** bolso lateral e 01 (um) traseiro, cintura com elástico e cadarço. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 3 | 6 |
| 2 | **CAMISETA**  **Tecido:** Malha  **Cor:** a definir.  **Modelo:** camiseta manga curta, com ou sem gola. Logomarca da empresa. | Un | 4 | 8 |
| 3 | **MEIA**  **Tecido:** 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano  **Cor:** cor preta  **Modelo:** cano longo, tamanho de acordo com o usuário. | Par | 4 | 8 |
| 4 | **BOTA MASCULINA**  **Tecido:** 100% couro  **Cor:** preta  **Modelo:** cano curto como solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, anti-odor. | Par | 2 | 4 |
| 5 | **CASACO DE FRIO MASCULINO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** malha encorpada ou de lã.  **Cor:** a definir.  **Modelo:** cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 1 | 2 |

* 1. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:
     1. A Contratada, deverá fornecer, **de 6(seis) em 6 (seis) meses**, aos prestadores de serviço, uniformes conforme descrito abaixo, sendo os primeiros entregues no início do Contrato, resguardado o direito do Contratante de exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam as condições mínimas de apresentação.
     2. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor, qualidade do tecido, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem as especificações descritas acima.
     3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do Contrato.
     4. As entregas dos uniformes, conforme periodicidade contratual, não é condicionada a devolução dos uniformes anteriormente recebidos pelos empregados.

1. **DOS MATERIAIS DE CONSUMO E REPOSIÇÃO** 
   1. Estima-se que os serviços serão prestados, diariamente, para atendimento de aproximadamente 900 (novecentas) pessoas, no MME, devendo ser fornecido o material, dentro do prazo de validade e conforme abaixo especificado:
      1. **Café torrado e moído, conforme especificação abaixo:**
2. Café torrado e moído em embalagem alto vácuo (¨tijolinho¨/puro vácuo) 500 gramas-reembalagem em caixas de papelão resistente com 10(dez) quilogramas, sendo 20 x 500gr (caixa com 20 pacotes de 500gr);
3. Embalagem/Apresentação: O produto deverá ser embalado a vácuo puro em envoltório apropriado a produto alimentício e que confira ao produto a proteção necessária, contido ou não em caixa de papelão hermética (pacote tipo alto vácuo) com peso líquido de 500 gramas, onde deverá constar a data de fabricação, prazo de validade ou data final de validade, a impressão de denominação de venda, marca e identificação da origem, conteúdo líquido, identificação do lote, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;
4. Registro do produto efetuado pelo Ministério da Saúde (comprovado por publicação no Diário Oficial da União);
5. O café deverá ser de 1ª qualidade contendo em seu pacote o SELO DE PUREZA ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café;
6. O café deverá estar dentro do prazo de validade por ocasião do seu efetivo uso;
7. O café deverá ter classificação de qualidade mínima na escala sensorial de zero a dez, da ABIC entre 4,5 e 6,5.
   * 1. **O açúcar utilizado deverá ser de 1ª qualidade, conforme especificação abaixo:**
8. Açúcar refinado amorfo deverá ter adoçante natural constituído de carboidratos na forma de cristais de sacarose. Apresentar-se na forma de cristais brancos, acondicionados em pacote com 01 (um) quilo;
9. A quantidade de material estimada, descrita no subitem 8.2 do presente Termo de Referência é citada apenas como estimativa para efeito de composição de custo, de acordo com a média de consumo histórico, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda mensal ou desgaste natural;
10. Os demais materiais e produtos de consumo necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência também estão relacionados e especificados na planilha constante do subitem 8.2 deste mesmo Termo;
11. Os materiais e produtos serão solicitados e faturados mensalmente conforme a demanda do Contratante, por intermédio da Fiscalização.
    1. **Relação de material de consumo, com estimativa para fornecimento mensal e anual.**

| **Item** | **Produtos/Materiais** | **Und** | **Qtd. Mensal** | **Qtd.**  **Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | **Açúcar cristal**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 5 kg. | Pct | 100 | 1200 |
| 2 | **Açúcar refinado**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 1 kg. | Kg | 100 | 1200 |
| 3 | **Açucareiro de aço inox**, com colher e tampa, capacidade de 200 gr a 330 gr. | Un | 3 | 36 |
| 4 | **Adoçante,** frasco de 100 ml. Marca “Zero Cal” ou similar. | Un | 36 | 432 |
| 5 | **Álcool,** etílico hidratado 96º GL (92,8º inpm) 1.000 ml, com registro no “INMETRO”, para limpeza de superfícies. | Lt | 24 | 288 |
| 6 | **Alvejante**, 1.000 ml, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo. Marca “QBoa” ou similar. | Lt | 48 | 576 |
| 7 | **Apoio para copo,** em aço inox. | Un | 12 | 144 |
| 8 | **Balde plástico,** 8 litros, com alça de alumínio de alta resistência. | Un | 2 | 24 |
| 9 | **Bandeja em aço inox,** redonda, medida 35 cm de diâmetro. | Un | 2 | 24 |
| 10 | **Bandeja** **em aço inox,** redonda, medida 45 cm de diâmetro. | Un | 2 | 24 |
| 11 | **Bandeja** **em aço inox,** retangular, medida 48x32 cm. | Un | 2 | 24 |
| 12 | **Bule de aço inox,** para café, capacidade de 750 ml a 1 litro | Un | 3 | 36 |
| 13 | **Café em pó,** torrado e moído em pó homogêneo, solúvel 100% puro, acondicionado em sistema de alto vácuo. "tijolinho" pacote 500 gramas, reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle contendo selo da ABIC, apresentando informações na embalagem conforme legislação em vigor, identificação tradicional, data de fabricação, data de vencimento, lote de fabricação, CNPJ, modo de conservação e telefone SAC ativo. Validade de 12 meses ou mais a partir da entrega pelo fornecedor. Para fins de cotação, deverá ser usada a medida de 01 (um) quilograma. Marca “Café Export” equivalente ou de melhor qualidade. | Kg | 400 | 4800 |
| 14 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 1,8 litro. | Un | 3 | 36 |
| 15 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 3,2 litros. | Un | 3 | 36 |
| 16 | **Coador de pano flanela,** na cor branca, industrial nº 08, medidas aproximadas altura 35 cm e largura de 32 cm. | Un | 30 | 360 |
| 17 | **Colher em aço inox,** para café com aproximadamente 9 cm. | Un | 24 | 288 |
| 18 | **Colher em aço inox,** para chá com aproximadamente 12 cm. | Un | 24 | 288 |
| 19 | **Colher em aço inox,** tamanho grande aproximadamente 30 cm a 35 cm, com cabo em madeira ou plástico. | Un | 3 | 36 |
| 20 | **Copo descartável para água 200 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2 grama de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 25 pacotes acondicionados em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 30 | 360 |
| 21 | **Copo descartável para café 50 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2gr, de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 50 pacotes, acondicionado em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 8 | 96 |
| 22 | **Copo meio cristal liso para água**, transparente, cilíndrico, com aproximadamente 14 cm de altura, 7 cm de diâmetro de boca, capacidade para 390 ml, fundo reforçado. | Un | 144 | 1728 |
| 23 | **Desentupidor de pia**, pequeno. | Un | 1 | 12 |
| 24 | **Detergente,** neutro **100% biodegradável** sistema push pull procedimentos de acordo com as normas regulamentares do Ministério da Saúde, acondicionado em frasco com 500 ml. Marca “Ypê” ou similar | Un | 120 | 1440 |
| 25 | **Dispenser poupa copo**, para copos descartáveis de água, 200 ml, com dispositivos semiautomático de fácil manuseio que libera apenas um copo de cada vez, em material plástico na cor branca. Capacidade de 100 copos. Marca “Free Cup” ou similar. | Un | 3 | 36 |
| 26 | **Esponja de aço,** pacote com 08 unidades, Marca “Bom Bril” ou similar | Pct | 28 | 336 |
| 27 | **Esponja tipo dupla face**, de espuma e manta abrasiva de alta qualidade. Marca “Scotch Brite” ou similar. | Un | 120 | 1440 |
| 28 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 30 cm. de diâmetro. | Un | 5 | 60 |
| 29 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro. | Un | 5 | 60 |
| 30 | **Forro emborrachado,** para bandeja retangular, medido aproximadamente 45x30 cm. | Un | 5 | 60 |
| 31 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 | 96 |
| 32 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 | 96 |
| 33 | **Garrafa térmica** **tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 | 96 |
| 34 | **Garrafa térmica tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 | 96 |
| 35 | **Jarra de vidro** **com tampa,** com alça, liso transparente para água, com capacidade para 1,6 litros. Marca “Luminac Octime” ou similar | Un | 3 | 36 |
| 36 | **Jarra em inox,** com tampa articulada, capacidade 2 litros, com alça. | Un | 3 | 36 |
| 37 | **Limpador instantâneo multiuso,** frasco plástico com 500 ml, aromas diversos. Marca “Veja” ou similar | Un | 24 | 288 |
| 38 | **Lixeira plástica,** resistente, capacidade 50 litros, , com tampa acionada por pedal. | Un | 2 | 24 |
| 39 | **Pá com cabo para coleta de lixo**, em plástico polipropileno medida aproximada de 92 cm altura e 30 cm largura e 28 cm profundidade. | Un | 2 | 24 |
| 40 | **Pano de chão**, tiposaco, alvejado, duplo, com barradofeito, 100% algodão etiqueta de identificação, dimensões mínimas: 400 x 700 mm. Primeira qualidade. | Un | 50 | 600 |
| 41 | **Pano de pia**, flanela para limpeza na cor branca , nas medidas de 300 mm x 400 mm, overlocadas nas bordas, acondicionadas em embalagem plástica, com etiqueta de identificação contendo composição, medidas e demais informações do produto. Primeira qualidade. | Un | 36 | 432 |
| 42 | **Pano de prato**, para enxugar pratos em tecido liso 100% algodão, tamanho mínimo: 50 x 30 cm, com acabamento nas bordas. Primeira qualidade. | Un | 40 | 480 |
| 43 | **Polidor de metais,** para prataria e metais brancos conteúdo 200 ml. marca “Brasso”ou similar. | Un | 2 | 24 |
| 44 | **Porta mantimento,** em alumínio com capacidade para 5 litros. | Un | 2 | 24 |
| 45 | **Porta sabão e esponja**, em plástico polipropileno. | Un | 2 | 24 |
| 46 | **Rodo de metal**, borracha siliconada dupla 40 cm. Cabo plastificado e pendurico. | Un | 4 | 48 |
| 47 | **Sabão em barra,** de 200 gr., a base de sódio,glicerina, cloreto de sódio, ácidoetileno hidroxidifosfônico, carbonatode sódio, carbonato de cálcio, sulfatode sódio, corante e água, neutro. Marca “Ypê”ou similar | Un | 100 | 1200 |
| 48 | **Sabão em pó,** multiação de l Kg, com detergente para composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, alquil benzeno sulfonato de sódio. Marca “Omo Multiação”ou similar | Pct | 24 | 288 |
| 49 | **Saco de lixo,** para uso doméstico de polietileno, preto reforçado, especificações de acordo com a NBR 9191, com capacidade para 100L , pacote contendo 100 unidades. | Pct | 5 | 60 |
| 50 | **Saponáceo cremoso,** 300 ml de pinho Marca “Sapólio Radium”ou similar. | Un | 24 | 288 |
| 51 | **Vassoura de pelo,** de animal sintética com 30 cm, cabo 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 | 48 |
| 52 | **Vassoura Plastiçável,** prensada, 30 cm, cerda de naylon.Cabo de madeira 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 | 48 |
| 53 | **Xícara com pires para café**, com capacidade de 50 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 72 | 864 |
| 54 | **Xícara com pires para chá**, com capacidade de 150 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 24 | 288 |

1. **DOS EQUIPAMENTOS**
   1. Os equipamentos de propriedade do MME e alocados em cada copa (geladeira, máquina de fazer café, forno de micro-ondas, dentre outros), serão colocados à disposição da Contratada, mediante “Termo de Responsabilidade”, que ficará responsável pela manutenção preventiva e corretiva, guarda e conservação dos mesmos, a partir da assinatura do Contrato;
   2. A contratada deverá garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e utensílios de propriedade do Ministério, existente nas copas, ficando por sua conta a manutenção preventiva e corretiva desses, assim como a reposição em caso de extravio;
   3. Os equipamentos objetos deverão ser substituídos pela Contratada por bens similares durante o período em que estiverem sem condições de ser utilizados.
2. **DA DEMANDA DOS SERVIÇOS** 
   1. Os serviços deverão ser iniciados, mediante emissão de Ordens de Serviços, com o quantitativo de serviço e material a ser fornecido pela empresa contratada;
   2. Embora a licitação seja realizada com o quantitativo de postos de trabalhos e de materiais do Contrato em vigor, não será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração atual em função de possíveis modificações na estrutura organizacional da Administração Direta, em razão da atual situação orçamentária e política do país;
   3. Como é de conhecimento público, o governo federal, por meio dos Decretos 8.676 e 8.700, de 19.02 e 30.03, do corrente ano, respectivamente, estabeleceu limites de movimentação e empenho das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual- LOA/2016, com uma contenção de orçamento em relação às dotações relativas às despesas discricionárias estabelecidas na LOA/2016;
   4. No caso específico do Ministério de Minas e Energia, embora o valor da contratação esteja previsto na Lei Orçamentária Anual- LOA/2016, o limite de movimentação orçamentária definida a partir da publicação do decreto 8.700/2016 é insuficiente para cobrir as despesas com o valor total licitado;
   5. Assim, diante da nova situação de restrição orçamentária que se apresenta, os serviços de copeiragem serão executados sob demanda, com quantitativo menor do que o Contrato atual, de acordo com a atual disponibilidade deste órgão, e serão aumentados gradualmente, de forma a reduzir ao mínimo os transtornos causados aos usuários internos e externos, considerando o padrão de atendimento até então praticado durante esta gestão.
3. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
   7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
      1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
      2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
      3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto desta contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
      4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais.
   8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do Contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008;
   9. Exigir, a qualquer tempo, a seu critério, a comprovação das condições de habilitação notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira.
   10. Relacionar-se com a empresa exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
   11. Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas nas cláusulas do Contrato, podendo recomendar aplicação das penalidades previstas no Edital no caso de descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
   12. Estabelecer local apropriado para a guarda dos materiais, com a disponibilização do mobiliário necessário (armários, prateleiras, etc.);
   13. Administrar o uso racional dos produtos fornecidos mensalmente pela Contratada por intermédio do Fiscal do Contrato;
   14. Fiscalizar a vedação de que familiar de agente público presta serviços no órgão federal ou entidades em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 14 de junho de 2010;
   15. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
4. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Deter instalações, aparelhamento, pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização dos serviços, objeto deste instrumento;
   3. Declarar de que dispõe de instalações e de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Contratante, considerando a magnitude do serviço a ser contratado e o rol de atividades administrativas que ele implica à Contratada, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;
   4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
   5. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
   6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   7. Orientar os empregados para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
   8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
   9. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
   10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   11. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
   12. Substituir, no prazo de 01 (uma) hora, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço do Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
   13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
   14. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
   15. Manter os empregados uniformizados, e devidamente identificados, sendo que o conjunto de uniformes deverá ser composto das peças descritas no item específico deste Termo de Referência, conforme a categoria profissional, devendo a empresa submeter a amostra para aprovação do modelo, tecido e cor, estando resguardado ao Ministério o direito de exigir a substituição daqueles considerados inadequados;
   16. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
   17. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
   18. Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, e encaminhar juntamente com a fatura mensal, os respectivos comprovantes;
   19. Não vincular o recebimento da fatura dos serviços do MME, com o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
   20. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do Ministério e vice e versa, por meios próprios ou mediante a concessão de vale transporte. Em se tratando de vale transporte a empresa deverá fornecer o quantitativo de uma única vez e a cada trinta dias até o 5º(quinto) útil do mês em curso, segundo o itinerário: Cidade Residente (Satélite ou Entorno) / Rodoviária Central do Plano Piloto / MME e vice-versa, com a apresentação do demonstrativo de pagamento;
   21. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências do Ministério, e vice versa, por meio próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
   22. Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale-refeição ou alimentação e vale transporte aos seus empregados, cuja entrega deverá ser efetuada de uma única vez e a cada 30 (trinta) dias, até o 5º (quinto) dia do mês em curso;
   23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
   24. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
       1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
       2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
       3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;
       4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do Contrato Administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do Contrato Administrativo.
   25. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
   26. Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
       1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
   27. Autorizar o aprovisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

12.27.1 O montante dos depósitos da conta-depósito será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

12.27.1.1 13º (décimo terceiro) salário, no percentual de 8,33%;

12.27.1.2 Férias e um terço constitucional de férias, no percentual de 12,10%;

12.27.1.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, no percentual de 5%; e

12.27.1.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, nos percentuais de 7,39%, 7,60% ou 7,82%, que incidirão sobre o somatório da incidência dos percentuais mencionados nos subitens anteriores sobre a remuneração, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008);

12.27.2 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica;

12.27.3 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços;

12.27.4 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;

* + 1. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato;
       1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;

13.27.5.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;

12.27.5.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

12.27.5.4 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;

12.28 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.28.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.28.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.28.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

12.29 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do Contrato;

12.30 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.31 Fornecer, sempre que solicitados pelo Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição do Contratante;

12.32 Atribuir ao encarregado dos serviços as tarefas de coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, bem como cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, bem como estar sempre em contato com a fiscalização do Contrato, o qual poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário;

12.33 Entregar, na presença do fiscal ou seu substituto, até o 2º dia útil após a solicitação, todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

12.34 Substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) os materiais que por ventura sejam rejeitados pela fiscalização;

12.35 Fornecer café de preferência das marcas Export, Arábia, ou similar e açúcar refinado de primeira qualidade, de preferência, marca União ou marca similar reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle;

12.36 Fornecer adoçante de preferencia das marcas Zero Cal, Doce Menor ou similar com e sem aspartame, de acordo com as necessidades do Ministério;

12.37 Fornecer copos descartáveis de acordo com as especificações do Item 9.2 - Da Relação dos Materiais de Consumo, de primeira qualidade, com capacidade de 200 ml para água e 50 ml para café;

12.38 Fornecer copos de vidro (300 ml), xícaras de porcelana (chá e café), jarras de vidro, bandejas, suportes para copo, garrafas térmicas, bules para servir café, açucareiros, colheres (café e chá) todos em inox e outros necessários à perfeita execução dos serviços;

12.39 Realizar o abastecimento dos bebedouros, por profissional específico - repositor de água - provendo de forma sistemática sua conservação, limpeza e asseio com produtos específicos;

12.40 Efetuar o controle do material utilizado na execução do serviço, sendo que o estoque poderá, a qualquer momento, ser vistoriado pela fiscalização do Ministério, visando conferir a qualidade dos produtos, bem assim a existência de estoque mínimo, que deverá ser 1/3 do quantitativo estimado para o mês;

12.41 Manter estoque mínimo de material nas dependências do MME, para que os serviços não sofram descontinuidade, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da empresa quanto à guarda e ao manuseio, assim como eventual acréscimo de quantitativo;

12.42 Assumir toda a responsabilidade pelo transporte dos materiais, carga e descarga, e eventual perda, bem como, pela sua distribuição diária para execução dos serviços, adotando metodologia própria de distribuição, desde que não haja falta de material para prestação dos serviços;

12.43 Garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e utensílios de propriedade do Ministério, existente nas copas, ficando por sua conta a manutenção preventiva e corretiva desses, assim como a reposição em caso de extravio;

12.44 Utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, para se obter a ampla higienização do ambiente, equipamento e utensílios de cozinha, bem como das mãos dos funcionários que manipulam alimentos, mantendo sob rigorosa higienização, as bandejas, xícaras e talheres e demais materiais utilizados, visando à garantia da sanidade microbiológica dos mesmos;

12.45 Assumir a responsabilidade e ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo, assim como de higienização das copas, necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

12.46 Manter estoque mínimo de material nas dependências do MME, para que os serviços não sofram descontinuidade, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da empresa quanto à guarda e ao manuseio, assim como eventual acréscimo de quantitativo;

12.47 Providenciar, em no máximo 8(oito) horas, exceto nos casos considerados urgentes em que deverá providenciar em até 1(uma) hora, material que eventualmente não tenha estocado;

12.48 Fornecer à fiscalização do Ministério Relatório técnico mensal das atividades e do material fornecido e utilizado, onde deverá constar, também, relação nominal de licenças, faltas, se houverem, bem como a escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos;

12.49 Realizar no período compreendido entre o início efetivo do Contrato e a 30(trinta) dias da sua assinatura, treinamento específico para cada profissional dentro de sua área de atuação, especificamente quanto a: noções de higiene na manipulação dos produtos de copa e água; noções de ética em geral; no sigilo das informações; importância do cumprimento de horários e orientações patronal; postura dentro do sistema de prestação de serviços no ambiente do Contratante; e como lidar com comandos diversos: dono de empresa, encarregado, fiscal de Contrato e chefias dos ambientes de serviços;

12.50 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.51 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.52 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

12.53 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.54 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006;

12.54.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação;

12.55 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.56 Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 03 (três) meses de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008;

12.57 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.58 Comprovar, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade de Plano de Saúde para seus empregados lotados no Contratante, em modalidade de cobertura cujo valor seja pertinente ao estipulado nas planilhas de custos, caso não seja comprovado, essa rubrica será glosada do pagamento mensal.

1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

1. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

1. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;
      1. A fiscalização do Contrato, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;
   2. O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;
   3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008;
   4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
   5. A execução dos Contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   6. O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   8. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
   9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008;
   10. O fiscal do Contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato;
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;
       2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
       3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do Contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização;
   11. O fiscal do Contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxilio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização;
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.
   12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;
   13. O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
   14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de 30 (trinta) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
   16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
2. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do Contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta;
   2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:
      1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
      2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.
   3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
      2. multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos seguintes casos quando, por ocorrência:
3. Constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;
4. Deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;
5. Atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas;
6. Atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.
   * 1. Multa moratória diária de **0,07%** (sete centésimos por cento), sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a **25** (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do Contrato;
     2. Multa diária de **1**% (um por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato no caso de atraso na abertura da conta corrente de que trata o item 21;
     3. Multa diária de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
     4. Multa compensatória de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento;
     5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
     6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
     7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
     8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
   2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
   3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
   4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
7. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

17.1 Para comprovar a sua qualificação técnica, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos na licitação:

* + 1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente da região a que estiver vinculada a licitante (Conselho Regional de Administração – CRA), pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente licitação;

17.1.2 Declaração de que dispõe de instalações e de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do Contratante, considerando a magnitude do serviço a ser contratado e o rol de atividades administrativas que ele implica à Contratada, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;

17.1.3 Atestado(s) de Capacidade Técnica**,** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da licitante**,** onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características e prazo com o objeto, nos quais constem referências às parcelas de maior relevância técnica, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, assim considerada:

***17.1.3.1 Prestação de serviços de copeiragem, em que apresente uma quantidade igual ou superior a 20(vinte)\* funcionários, constituídos no mínimo de 10(dez) copeiras e de 10(dez) garçons, por prazo igual ou superior a 3(três)\*\* anos.***

**Nota**:

(\*) - a quantidade representa 66,6% (sessenta e seis vírgula seis por cento) do quantitativo do objeto, portanto a solicitação não é discricionária e nem restritiva a competição, de conformidade com a legislação;

(\*\*) - O art. 30, inciso II da Lei 8666/93 autoriza expressamente a Administração a exigir da licitante a comprovação de que já executou objeto compatível, **em prazo**, com o que está sendo licitado. De acordo com o art. 57, inciso II, dessa lei, os contratos para prestação de serviços de forma contínua (o quê é o presente caso), poderão ser prorrogados por até 60(sessenta) meses, o que na prática remete o prazo do futuro Contrato para 5(cinco) anos, de forma que a presente solicitação (relevância) de 3(três) anos, representa apenas 60%(sessenta por cento) do prazo potencial em comento, portanto, não sendo discricionária e nem restritiva competição.

17.1.4 Declaração de Vistoria Técnica que será fornecido pela Coordenação de Atividades Gerais-COAGE/CGRL/SPOA/SE/MME a ser realizada por intermédio do Responsável Técnico do quadro da licitante, declarando que vistoriou o local e teve conhecimento das condições ambientais e técnicas onde serão executados os serviços, de forma a subsidiar a proposta da licitante:

a) A vistoriadeveráser efetuada no período compreendido entre a data da publicação deste Edital **até 02 (dias**) **anterior** à data da licitação e deverá ser realizada por Representante Técnico da empresa interessada, acompanhada por servidor da COAGE/ CGRL/SPOA/MME;

b)A vistoria deverá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, **após minuciosa leitura deste Edital** (**inclusive leitura dos Anexos**), pelos telefones (61) 2032-5563 – (61) 2032-5090, e será acompanhada por servidor da Coordenação de Atividades Gerais/COAGE/ CGRL/SPOA/SE/MME, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria;

c)A Licitante que não realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de que não realizou a mesma, mas responsabiliza-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do Contrato.

17.1.4.1 Justificativa da área técnica:

A necessidade da vistoria é uma oportunidade da Licitante conhecer os locais onde serão prestados os serviços, tanto no que se refere ao trabalho a ser realizado pelas copeiras, conhecendo o ambiente, os equipamentos/ instalações a serem colocados a sua disposição e as dificuldades/facilidades inerentes a função;  aos locais que os garçons desempenharão as suas funções, junto aos gabinetes das autoridades, que têm particularidades/ responsabilidades intrínsecas e horário,  e também do Auxiliar Administrativo, quanto a reposição dos garrafões de água mineral pelos andares, compreendendo desde o local onde são entregues pelo fornecedor, o transporte para os andares e essencialmente o trabalho de higienização desses vasilhames, quando da troca nos bebedouros.

Cabe ainda citar o fato impactante do deslocamento da Rodoviária até a sede do MME, já que este edifício localiza-se a uma distância razoável dessa referência, o que vai obrigar a Licitante a disponibilizar mais um vale transporte, já que a maioria das linhas de ônibus a que estarão sujeitas os trabalhadores não fazem esse percurso, o que pode ser um fator a repercutir na sua proposta.

1. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

18.1 A vigência do Contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, observado o disposto no inciso II do [art. 57 da Lei nº 8.666,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art57) de 21 de junho de 1993.

1. **DO PAGAMENTO**

19.1 O pagamento será efetuado **mensalmente**, depois da medição dos serviços efetivamente executados e concluídos e dos materiais fornecidos, no prazo de **até** **30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos serviços correspondentes ao somatório dos valores da(s) **Ordem(s) de Serviço(s)**, devidamente atestada pelo setor competente do Contratante, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo, observado o disposto na Lei no 4.320/64.

19.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter o detalhamento dos serviços executados, e do material fornecido, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto nos artigos **35 e 36** da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações, e ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondente ao mês da última Nota Fiscal ou Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4~~º~~ do art. 31 da Lei n~~º~~ 9.032, de 28 de abril de 1995 c/c com a Instrução Normativa RFB 971, de 13 de novembro de 2009; discriminando o nome de cada profissional e respectivo cargo/função;
2. Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais, com cópias autenticadas e quitadas, comprovando os pagamentos; devendo conter o nome completo de todos os empregados vinculados à execução deste Contrato celebrado com o MME, com os respectivos valores de recolhimentos;
3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “*on line*” ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93;
4. Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;
5. Cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última Nota Fiscal ou Fatura que tenha sido paga pela Administração;

19.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas neste Contrato.

19.4 Do pagamento devido à Contratada, serão **retidos os custos** relativos às provisões para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores disponibilizados na prestação dos serviços (13º salário; férias e abono de férias; multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões; encargos sobre férias e 13º salário), e efetuará os depósitos em conta vinculada específica, de acordo com o art. **19-A e Anexo V da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008** **e alterações**, e em conformidade com a **Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.**

19.5 Do pagamento pela Administração das verbas destinadas ao pagamento das **férias e 13º (décimo terceiro)** dos trabalhadores da Contratada deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto no **art. 19-A da IN/SLTI MPOG nº 02/2008 e alterações**.

19.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.7 Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

19.8 Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.9 Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.9.1 não produziu os resultados acordados;

19.9.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.9.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

19.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.11 Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.16 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

19.17 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão **sujeitos à retenção**, na fonte, dos seguintes tributos:

19.17.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

19.17.2 Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

19.17.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

19.18Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência contratual;

19.19 A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes da prestação dos serviços, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e demais penalidades cabíveis;

19.20Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 )  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

19.21Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

1. **DA ESTIMATIVA DE CUSTO**
   1. O valor apurado para a execução dos serviços (mão-de-obra e materiais) objeto do presente Termo de Referência é de:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Descrição | Mensal | Anual |
| Mão de Obra | R$ 127.407,36 | R$ 1.528.888,29 |
| Materiais | R$ 15.380,39 | R$ 184.564,68 |
| SOMA | **R$ 142.787,75** | **R$ 1.713.452,97** |

* 1. O valor dos serviços (mão-de-obra) foi estimado com base no salário definido em convenção coletiva de trabalho celebrada ente SINDISERVIÇOS e o SEAC/DF, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, mais os encargos sociais e trabalhistas, impostos, insumos e demais componentes definidos pela legislação pertinente;
  2. Os valores dos materiais de consumo e dos uniformes foram estimados através de pesquisa realizada de conformidade com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 alterada pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de Agosto de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, especialmente se fazendo uso do CADERNO DE LOGÍSTICA PARA PESQUISA DE PREÇOS, publicado no Portal www.comprasgovernamentais. gov.br/comprasnet, que é um guia orientativo que contém os procedimentos administrativos básicos na realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, de acordo com a legislação citada, disposto segundo a seguinte hierarquia:

I - Portal de Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/);

II - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IV - Pesquisa com os fornecedores, sendo anexados neste Termo de Referencia os respectivos comprovantes.

* 1. A proposta total da licitante será constituída pelas Planilhas de Custo e de Formação de Preços de Mão-de-Obra e pela Planilha dos Materiais de Consumo.

1. **DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**
   1. O Contratante descontará do pagamento devido à Contratada, mensalmente, os custos relativos às provisões para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores disponibilizados na prestação dos serviços (13º salário; férias e abono de férias; multa do FGTS e impacto sobre férias e 13 º salário) e efetuará os depósitos em conta vinculada específica, de acordo com o **art.** **19-A e Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008**;
   2. Os valores provisionados serão discriminados e obtidos na forma prevista no item 10 do Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, em planilhas mensais e de modo a possibilitar a sua conferência, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **PERCENTUAL** | | |
| 13º Salário | 8,33% | | |
| Férias e abono de férias | 12,10% | | |
| Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa | 5,00% | | |
| Subtotal | 25,43% | | |
| GRUPO A sobre férias e 13º salario (\*) | 7,39% | 7,60% | 7,82% |
| **Total** | **32,82%** | **33,03%** | **33,25%** |

**Obs**.: Aviso Prévio ao termino do contrato: 23,33% da remuneração mensal=(7/30)x100;

\* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, da Lei 8.212/91.

* 1. O montante de que trata do aviso prévio trabalhado, 23,33% (7/30 x 100), deverá ser integralmente depositado na conta durante a primeira vigência do Contrato;
  2. Os valores provisionados, depositados na conta corrente vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa;
  3. Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
  4. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
  5. O Contratante encaminhará, precedido da assinatura do Contrato, ofício à instituição bancária oficial, solicitando a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa a ser contratada, a qual, no ato da regularização da conta corrente vinculada assinará termo específico da instituição bancária oficial que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante;
  6. Os valores provisionados conforme disposto neste Termo somente serão liberados para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
     1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
     2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
     3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
     4. Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
     5. O saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
  7. A Contratada deverá, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica, conforme Anexo I deste Termo;
  8. A Contratada deverá, ainda, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
  9. A Contratada poderá solicitar a autorização ao Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridos durante a vigência do Contrato, devendo apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento ao Contratante, que expedirá, após a confirmação e conferência dos cálculos, a autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos;
  10. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva por transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;
  11. A empresa Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
  12. Em caso de descumprimento das obrigações relativas ao FGTS, por parte da Contratada, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELA CONTRATADA**
   1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
   2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, orientando regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica e água no uso dos equipamentos;
   3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
   4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
   5. Realizar no período compreendido entre o início efetivo do Contrato e a 30(trinta) dias da sua assinatura, treinamento de seus empregados para implementar ações e hábitos visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, de economia de produtos de limpeza, para identificação e uso de produtos biodegradáveis, de redução de produção de resíduos sólidos (lixo), com separação do lixo seco do orgânico/úmido, com fulcro nas normas ambientais vigentes, por intermédio de empresa autorizada/credenciada pelo órgão ambiental público;
   6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela **Coleta Seletiva** do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
   7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CURSO - SUSTENTABILIDADE E TREINAMENTO ÁREA DE ATUAÇÃO.** | | | | | | | | |
| **Item** | **Categoria** | | **Quat./**  **Funcionário** | | **Valor Mensal Estimado / Funcionário** | | **Total Mensal** | **Total Anual** |
| 1.0 | ENCARREGADO | | 1 | | 13,25 | | 13,25 | **159,00** |
| 2.0 | GARÇOM | | 18 | | 13,25 | | 238,50 | **2.862,00** |
| 3.0 | GARÇONETE | | 2 | | 13,25 | | 26,50 | **318,00** |
| 4.0 | COPEIRA | | 18 | | 11,54 | | 207,72 | **2.492,64** |
| 5.0 | AUXILIAR OPERACIONAL | | 1 | | 11,54 | | 11,54 | **138,48** |
|  | **SOMA** | | | | | | | **5.970,12** |
| Fonte de Preços: | |  | |  | |  | |  |
| SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial | | | | | |  | |  |
| CNPJ: 03.296.968/0001-03 | |  | |  | |  | |  |
| Contato e Negociações: Núcleo de Relações Empresariais (re@senacdf.com.br) | | | | | | | |  |
| Tel: 3313-8712 / 3313-8714 - FAX: 3313-8806 | | | |  | |  | |  |

1. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta, conforme tabela:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tributação** | **ISS** | **PIS** | **COFINS** |
| **Lucro Presumido** | 5% | 0,65% | 3,0% |
| **Lucro Real** | 5% | 1,65% | 7,6% |

* 1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão esclarecidas e suprimidas pela CPL/SPOA/SE/MME – Comissão Permanente de Licitação, por intermédio da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, situada na Sala 130, 1º Andar do Ed. Sede, Bloco “U”, da Esplanada dos Ministérios, fone 2032-5563 e ou fax 2032-5512, Brasília/DF;
  2. Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá participar do certame licitatório de que se trata este Termo de Referência, tendo em vista a vedação constante do inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.
  3. A Contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no § 1º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações;
  4. Qualquer solicitação de acréscimos e ou de supressões deverá ser iniciada com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência da data de termino do prazo contratual;
  5. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão dirimidas pela Coordenação de Atividades Gerais/COAGE/CGRL, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 1º andar, Sala 130, ou pelos Telefones (061) 2032-5703 e 2032-5563 - Brasília/DF.

**ANEXO I – “A”**

**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS**

|  |  |
| --- | --- |
| Indicador: QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM | |
|  | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir a qualidade dos serviços prestados para o cumprimento do objeto do Contrato. |
| Meta a cumprir | 100% das rotinas estabelecidas no Termo de Referência |
| Instrumento de medição | Relatório de acompanhamento das imperfeições |
| Forma de acompanhamento | Através da Fiscalização que deverá verificar a qualidade dos serviços prestados e registrar as ocorrências em relatório próprio. |
| Periodicidade | Relatório mensal com registro da qualidade das atividades diárias, semanal, quinzenal, mensal, semestral e anual (de acordo com a descrição dos serviços), realizadas no mês em referência. |
| Mecanismo de cálculo | Verificação e valoração do número de ocorrências registradas pela Fiscalização no relatório de acompanhamento das imperfeições, que deverão ser consolidadas e avaliadas por meio do Relatório de Imperfeições, constante deste ANEXO III. |
| Início de Vigência | Início da prestação dos serviços. |

**RELATÓRIOS DE IMPERFEIÇÕES (ANS)**

**MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1 – Danos nos equipamentos para preparo do café sob a responsabilidade da Contratada** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
| . | . | | | | .... | | | | | | | | | | |
| . | . | | | | .... | | | | | | | | | | |
| **2 - Falta de insumos e material de limpeza, para as atividades** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **3 - Utilização de insumos e material impróprio** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **4 - Inobservância da periodicidade estabelecida para realização de serviços** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **5 - Lixo acondicionado de forma inadequada** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **6 - Deixar de recolher e/ou armazenar o lixo reciclável em ambiente destinado pela Administração** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **7 - Falta ou uso de uniforme incompleto, ou rasgado ou sujo** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | Data da ocorrência | | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
|  |  | | | |  | | | | | | | | | | |
| **8 - Não utilização de EPI (luva térmica e luva doméstica)** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | | Data da ocorrência | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
| **9 - Atraso na chegada ou antecipação na saída dos empregados, superior a 15(quinze) minutos.** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | | Data da ocorrência | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
| **10 - Atraso na entrega dos materiais utilizados na prestação dos serviços superior a 5(cinco) dias da data fixada.** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | | Data da ocorrência | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
| **11 – Falta de identificação dos empregados (uso de crachás)** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | | Data da ocorrência | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
| **12 – Deixar de encaminhar substituto** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº da ocorrência | | Data da ocorrência | | | Descrição sintética da ocorrência/imperfeição | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | |  | | |  | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL DE OCORRÊNCIAS DESTE RELATÓRIO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tipo de Imperfeição**:** | | | 1 | 2 | | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Total de Ocorrências**:** | | |  |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Instruções:

- Preencher cada um dos 12(doze) itens de avaliação de imperfeições, sequenciando e totalizando as ocorrências no mês de referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.

- Repassar o **Total de Ocorrências,** por item avaliado, para a **TABELA CONSOLIDADORA**.

**TABELA CONSOLIDADORA (ANS)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº do Tipo de Imperfeição | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | **TOTAL (FA)** |
| Total de Ocorrências  (a) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Tolerância  (b) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | **-** |
| Excesso de Imperfeições (c) = (a)-(b) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Multiplicador  (d) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | **-** |
| Número Corrigido  (f)=(c)x(d) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**O somatório dos números corrigidos resulta no Fator de Aceitação (FA)**

**EFEITOS REMUNERATÓRIOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ajuste | Fator de Aceitação | Remuneração em relação ao valor da fatura |
| 01 | 01 a 50 | 97% |
| 02 | 51 a 100 | 94% |
| 03 | 101 a 150 | 91% |
| 04 | 151 a 210 | 88% |
| 05 | 211 a 300 | 85% |
| 06 | Superior a 300 | 80% |

***Observação: A aplicação das Faixas de Ajuste no pagamento não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas em Contrato.***

**INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DA TABELA CONSOLIDADORA**

1 - As imperfeições (ocorrências) identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo a preencher a linha **TOTAL DE OCORRÊNCIAS/IMPERFEIÇÕES**, que contempla os 12(doze) tipos de ocorrências definidos para proceder a verificação técnica da qualidade dos serviços prestados;

2 - A seguir, do valor totalizado para cada tipo de ocorrência será **deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA** prevista/admitida (por coluna), que será estabelecida após assinatura do Contrato conjuntamente entre a Fiscalização e o preposto, obtendo-se o valor referente, **EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES**, por tipo de imperfeição;

3 - Em seguida, cada valor de excesso de imperfeições será **multiplicado pelo MULTIPLICADOR (agravante) indicado em cada coluna,** que será estabelecido após assinatura do Contrato conjuntamente entre a Fiscalização e o preposto obtendo-se, pois, o **NÚMERO CORRIGIDO** por tipo de apontamento (para cada um dos 12);

4 - Por final, será **somada toda a linha com os números corrigidos**, obtendo-se um número final chamado de **FATOR DE ACEITAÇÃO**.

5 - O valor do Fator de Aceitação indica a faixa de **AJUSTE** que irá incidir no pagamento da fatura do mês em referência.

*Obs.: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).*

**ANEXO II**

**RELAÇÃO DOS UNIFORMES A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES - VALOR MENSAL E ANUAL**

| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Qdt. Anual** | **Empresas**  **(Preço Unitário)** | | | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A** | **B** | **C** |
| **GARÇOM** | 1 | **CALÇA –** sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Tecido Bi- Strech; (100% Poliéster); Largura (M): +- 1,48, gramatura: 282 G/M.  **Cor**: preta.- **Modelo:** social reta sem pregas, frente com perneta (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho). Com dois bolsos laterais e 2 bolsos traseiros. - **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 120,00 | 130,00 | 122,50 | 124,17 | **745,00** |
| 2 | **PALETÓ-** social masculino,sob medidas de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Tecido Bi- Strech; (100% Poliéster); Largura (M): +- 1,48, gramatura: 282 G/M.  **Modelo**: ***frente***  fechado por 02 (dois) botões com casa de olho; ***parte interna*** todo forrado com forro 100% sarja de acetato, vista interna redonda francesa e ponto picado contrastando com o forro.  **Cor:** preta. - **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 4 | 188,00 | 210,00 | 195,40 | 197,80 | **791,20** |
| 3 | **CAMISA –** Modelo para **garçom**, sob medida de acordo com o manequim do usuário, tecido de qualidade não permitindo transparecer o corpo.  **Tecido**: 60% algodão e 40% poliéster, largura: 1,60m ; 155 g/m linear  **Cor**: branca  **Modelo: frente** com detalhes de pala em Piquet no peito, sendo o forro próprio o tecido da camisa, punho com botões, colarinho tradicional clássico.  **Aviamento**: a definir na execução.  **Fabricação nacional.** | Un | 8 | 75,00 | 85,00 | 77,90 | 79,30 | **634,40** |
| 4 | **GRAVATA BORBOLETA**  **Tecido:** cetim  **Cor:** preta - **Modelo:** com 02 (duas) dobras e prendedor no colarinho. | Un | 4 | 30,00 | 31,00 | 30,15 | 30,38 | **121,53** |
| 5 | **MEIA -** tamanho de acordo com o usuário.  **Tecido:** 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano.  **Cor:** preta - **Modelo:** cano longo. | Un | 8 | 18,00 | 22,90 | 20,00 | 20,30 | **162,40** |
| 6 | **SAPATO MASCULINO**  **Cor**: preta - **Modelo:** em couro em Napa confort, forro do cabedal de couro; forro do suador em cotelle; calcanheira inteira forrada de couro; sola pro shock z2 cafe/verde translucida tr; palmilha montagem antimicrobiana pro shock z2.; calcanheira conformada pu verm 1500 4450- Zona de amortecimento dianteira: Sistema “Comfort Structure” com estruturas massageadoras que favorecem a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés , reduz o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionam alivio de dores nas costas e pescoço provocados por impactos ao caminhar e postura inadequada.  **Fabricação nacional.** | Pares | 4 | 179,00 | 215,00 | 199,00 | 197,67 | **790,67** |
| 7 | **CINTO**  **Modelo:** social masculino, confeccionado em couro legítimo, fivela fixo em aço níquel escovado.  **Cor:** preta - **Medida**: 40 mm de largura, sem costura, com fivela fixa 5,5 cm X 4,9 cm. | Un | 4 | 56,00 | 63,90 | 61,90 | 60,60 | **242,40** |
| **TOTAL UNITÁRIO ANUAL** | | | | | | | | | **3.487,60** |
| **TOTAL UNITÁRIO MENSAL** | | | | | | | | | **290,63** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Qdt. Anual** | **Empresas**  **(Preço Unitário)** | | | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| **A** | **B** | **C** |
| **GARÇONETE** | 1 | **CALÇA FEMININA –** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido:** Gabardine com Elastano (96% poliéster 4% elastano). Largura: 1,47.  **Cor:** preta. - **Modelo:** sem prega, com cós anatômico de 3,5 cm, com frente fechado por zíper, barra overlock, nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 89,00 | 98,00 | 92,00 | 93,00 | **558,00** |
| 2 | **BLAZER FEMININO -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: Gabardine com Elastano (96% poliéster e 4% elastano). Largura: 1,47.  **Cor**: preta - **Modelo:** corte clássico social com gola de alfaiate forrada e entretelada. - **Aviamento:** a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 4,00 | 140,00 | 149,80 | 142,80 | **856,80** |
| 3 | **CAMISA FEMININA -** sob medida de acordo com o manequim do usuário.  Tecido: Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor**: branca - **Modelo**: maga longa, colarinho tradicional clássico entretelado, punho com botões, com 2 (dois) pences nas costas.  **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 8 | 79,00 | 89,00 | 82,00 | 83,33 | **666,67** |
| 4 | **LENÇO**  **Tecido**: Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor**: preta | Un | 4 | 38,00 | 42,50 | 38,90 | 39,80 | **159,20** |
| 5 | **MEIA ¾**  **Tecido**: composição mínima de 84% poliamida e máxima de 86%.  **Cor**: da pele - **Modelo**: ¾ fio 15 | Un | 8 | 30,00 | 35,00 | 33,89 | 32,96 | **263,71** |
| 6 | **SAPATO FEMININO**  **Cor**: preta - **Modelo**: scarpin de moda feminina, modelo Usaflex ou similar, confeccionado em couro com detalhes vazados para maior ventilação. Macio para oferecer o máximo de conforto. Palmilha:  em PU, ultramacia, que garante absorção de impacto e molda-se aos pés, garantindo uma ótima ventilação e distribuindo igualmente o peso corporal. Forro que garanta o acabamento do calçado, além de proporcionar proteção e segurança ao caminhar. Salto: robusto fachetado, oferecendo conforto e mantendo a estabilidade. Também promove melhor circulação sanguínea. Altura: Salto 5cm.  Peso: + ou - 635g  Fabricação Nacional. | Pares | 4 | 158,00 | 178,00 | 165,00 | 167,00 | **668,00** |
| 7 | **PRENDEDOR DE CABELO**  **Modelo**: com laço em cetim e redinha.  **Cor**: preta | Un | 4 | 25,00 | 30,00 | 28,90 | 27,97 | **699,17** |
| **TOTAL UNITÁRIO ANUAL** | | | | | | | | | **3.871,54** |
| **TOTAL UNITÁRIO MENSAL** | | | | | | | | | **322,63** |

| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Qdt. Anual** | **Empresas**  **(Preço Unitário)** | | | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A** | **B** | **C** |
| **COPEIRA** | 1 | **CALÇA FEMININA -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: Gabardine com elastano, (96% Poliéster e 4% elastano). Largura (M):+- 1,47 m. - **Cor**: a definir - **Modelo**: sem prega, com cós anatômico de 3,5 cm, frente fechado por zíper. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 89,00 | 98,00 | 92,00 | 93,00 | **558,00** |
| 2 | **CAMISETE -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: Musseline com Elastano (95% poliéster e 5% elastano).  **Cor**: a definir na execução. - **Modelo**: Manga curta, com detalhe da cor da calça, sem gola, com abertura atrás, fechada por 01 (um) botão.  **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 8 | 55,00 | 63,90 | 59,00 | 59,30 | **474,40** |
| 3 | **AVENTAL -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: Oxford risca de giz.  **Cor**: a definir. - **Modelo**: Gola sport, 03 (três) botões no corpete, cintura marcada com costura, bolso lateral. Costa com alça cruzada fixada com 2 (dois) botões e laço. Logo da empresa bordado à altura do peito da cor da camisete. **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 4 | 25,00 | 30,00 | 27,90 | 27,63 | **110,53** |
| 4 | **MEIA**  **Tecido**: 100% poliamida  **Cor**: cor preta - **Modelo**: tamanho único | Un | 8 | 30,00 | 35,00 | 33,89 | 32,96 | **263,71** |
| 5 | **SAPATO FEMININO**  **Cor**: preta - **Modelo**: sapato mocassim de moda feminina, modelo Usaflex ou similar, confeccionado em couro com prespontos manuais na borda. Palmilha em PU, ultramacia, que garante absorção de impacto e furos que facilitam na respiração do calçado. Forro que garante o acabamento do calçado, além de proporcionar proteção e segurança ao caminhar. Solado antiderrapante. Altura: Salto 1,5cm  Peso: + ou - 525g  Fabricação Nacional. | Pares | 4 | 149,00 | 169,00 | 145,00 | 154,33 | **617,33** |
| 6 | **TOUCA -** para prender cabelos.  **Tecido**: para rede filó macio ou tecido fino de fácil transpiração e para faixa tecido a combinar. **Cor**: a definir.- **Modelo**: faixa e rede de filó macio ou tecido fino de fácil transpiração. | Un | 4 | 18,00 | 22,00 | 20,00 | 20,00 | **80,00** |
| 7 | **CASACO DE FRIO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: malha de lã. **Cor**: a definir.- **Modelo**: cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 2 | 249,00 | 278,00 | 260,00 | 262,33 | **524,67** |
| **TOTAL UNITÁRIO ANUAL** | | | | | | | | | **2.628,64** |
| **TOTAL UNITÁRIO MENSAL** | | | | | | | | | **219,05** |

| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Qdt. Anual** | **Empresas**  **(Preço Unitário)** | | | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A** | **B** | **C** |
| **ENCARREGADO** | 1 | **CALÇA -** sob medida, de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: Tecido Bi- Strech; (100% Poliéster); Largura (M):+- 1,48, gramatura: 282 G/M.  **Cor**: a definir. - **Modelo**: social reta sem pregas, frente com perneta (forrada forro 100% sarja de acetato até o joelho), com dois bolsos laterais e 2 bolsos traseiros. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido.  **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 120,00 | 130,00 | 122,50 | 124,17 | **745,00** |
| 2 | **CAMISA** - sob medida de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: tecido 60% algodão e 40% poliéster, largura: 1,60m ; 155 g/m linear  **Cor**: a definir. - **Modelo**: bolso lateral, colarinho tradicional clássico, logo da empresa bordado. Não permitir transparecer o corpo. - **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 8 | 75,00 | 85,00 | 77,90 | 79,30 | **634,40** |
| 3 | **MEIA**  **Tecido**: 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano  **Cor**: cor preta - **Modelo**: cano longo, tamanho de acordo com o usuário. | Un | 8 | 18,00 | 22,90 | 20,00 | 20,30 | **162,40** |
| 4 | **SAPATO MASCULINO**  **Cor**: preta - **Modelo**: em couro em Napa confort, forro do cabedal de couro; forro do suador em cotelle; calcanheira inteira forrada de couro; sola pro shock z2 cafe/verde translucida tr; palmilha montagem antimicrobiana pro shock z2.; calcanheira conformada pu verm 1500 4450- Zona de amortecimento dianteira: Sistema “Comfort Structure” com estruturas massageadoras que favorecem a circulação sanguínea e linfática, permitindo maior oxigenação da região dos pés , reduz o impacto através de 14 torres amortecedoras interligadas que proporcionam alivio de dores nas costas e pescoço provocados por impactos ao caminhar e postura inadequada.  Fabricação Nacional. | Par | 4 | 179,00 | 215,00 | 199,00 | 197,67 | **790,67** |
| 5 | **CINTO**  **Modelo**: social masculino, confeccionado em couro legítimo, fivela fixo em aço níquel escovado.  **Cor**: preta - **Medida**: 40 mm de largura, sem costura, com fivela fixa 5,5 cm X 4,9 cm. | Un | 4 | 56,00 | 63,90 | 61,90 | 60,60 | **242,40** |
| 6 | **CASACO DE FRIO MASCULINO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: malha de lã.  **Cor**: a definir. - **Modelo**: cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 2 | 249,00 | 278,00 | 260,00 | 262,33 | **524,67** |
| **TOTAL UNITÁRIO ANUAL** | | | | | | | | | **3.099,53** |
| **TOTAL UNITÁRIO MENSAL** | | | | | | | | | **258,29** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Posto** | **Item** | **Uniforme** | **Und.** | **Qdt. Anual** | **Empresas**  **(Preço Unitário)** | | | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| **A** | **B** | **C** |
| **AUXILIAR OPERACIONAL** | 1 | **CALÇA**  **Tecido**: Brim  **Cor**: a definir. - **Modelo**: bolso lateral e 01 (um) traseiro, cintura com elástico e cadarço. Barra overlock nas partes desfiantes do tecido. **Aviamento**: a definir na execução.  Fabricação Nacional. | Un | 6 | 65,00 | 74,00 | 68,00 | 69,00 | **414,00** |
| 2 | **CAMISETA**  **Tecido**: Malha  **Cor**: a definir. - **Modelo**: camiseta manga curta, com ou sem gola. Logomarca da empresa. | Un | 8 | 35,00 | 42,00 | 38,90 | 38,63 | **309,07** |
| 3 | **MEIA**  **Tecido**: 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano  **Cor**: cor preta - **Modelo**: cano longo, tamanho de acordo com o usuário. | Un | 8 | 18,00 | 22,90 | 20,00 | 20,30 | **162,40** |
| 4 | **BOTA MASCULINA**  **Tecido**: 100% couro  **Cor**: preta - **Modelo**: cano curto como solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, anti-odor. | Pares | 4 | 89,90 | 120,00 | 103,00 | 104,30 | **417,20** |
| 5 | **CASACO DE FRIO MASCULINO -** de acordo com o manequim do usuário.  **Tecido**: malha de lã. **Cor**: a definir.  **Modelo**: cola esporte, frente abertura com zíper ou botão. | Un | 2 | 249,00 | 278,00 | 260,00 | 262,33 | **524,67** |
| **TOTAL UNITÁRIO ANUAL** | | | | | | | | | **1.827,33** |
| **TOTAL UNITÁRIO MENSAL** | | | | | | | | | **152,28** |

**Quadro Resumo Uniformes**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Posto** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| Garçom | **290,63** | 3.487,56 |
| Garçonete | **322,63** | 3.871,56 |
| Copeira | **219,05** | 2.628,60 |
| Encarregado | **258,29** | 3.099,48 |
| Auxiliar Operacional | **152,28** | 1.827,36 |
| **Valor Total** | **1.242,88** | **14.914,56** |

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DE MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

| **Item** | **Produtos/Materiais** | **Und** | **Qtd. Mensal** | **Valor Unitário** | **Valor Total Mensal** | **Qtd. Anual** | **Valor Total Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | **Açúcar cristal**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 5 kg. | Pct | 100 | 9,66 | 966,00 | 1.200 | 11.592,00 |
| 2 | **Açúcar refinado**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 1 kg. | Kg | 100 | 1,82 | 182,00 | 1.200 | 2.184,00 |
| 3 | **Açucareiro de aço inox**, com colher e tampa, capacidade de 200 gr a 330 gr. | Un | 3 | 54,63 | 163,89 | 36 | 1.966,68 |
| 4 | **Adoçante,** frasco de 100 ml. Marca “Zero Cal” ou similar. | Un | 36 | 3,14 | 113,04 | 432 | 1.356,48 |
| 5 | **Álcool,** etílico hidratado 96º GL (92,8º inpm) 1.000 ml, com registro no “INMETRO”, para limpeza de superfícies. | Lt | 24 | 3,07 | 73,68 | 288 | 884,16 |
| 6 | **Alvejante**, 1.000 ml, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo. Marca “QBoa” ou similar. | Lt | 48 | 2,07 | 99,36 | 576 | 1.192,32 |
| 7 | **Apoio para copo,** em aço inox. | Un | 12 | 4,00 | 48,00 | 144 | 576,00 |
| 8 | **Balde plástico,** 8 litros, com alça de alumínio de alta resistência. | Un | 2 | 18,50 | 37,00 | 24 | 444,00 |
| 9 | **Bandeja em aço inox,** redonda, medida 35 cm de diâmetro. | Un | 2 | 35,90 | 71,80 | 24 | 861,60 |
| 10 | **Bandeja** **em aço inox,** redonda, medida 45 cm de diâmetro. | Un | 2 | 48,00 | 96,00 | 24 | 1.152,00 |
| 11 | **Bandeja** **em aço inox,** retangular, medida 48x32 cm. | Un | 2 | 50,00 | 100,00 | 24 | 1.200,00 |
| 12 | **Bule de aço inox,** para café, capacidade de 750 ml a 1 litro | Un | 3 | 85,00 | 255,00 | 36 | 3.060,00 |
| 13 | **Café em pó,** torrado e moído em pó homogêneo, solúvel 100% puro, acondicionado em sistema de alto vácuo. "tijolinho" pacote 500 gramas, reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle contendo selo da ABIC, apresentando informações na embalagem conforme legislação em vigor, identificação tradicional, data de fabricação, data de vencimento, lote de fabricação, CNPJ, modo de conservação e telefone SAC ativo. Validade de 12 meses ou mais a partir da entrega pelo fornecedor. Para fins de cotação, deverá ser usada a medida de 01 (um) quilograma. Marca “Café Export” equivalente ou de melhor qualidade. | Kg | 400 | 14,58 | 5.832,00 | 4.800 | 69.984,00 |
| 14 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 1,8 litro. | Un | 3 | 17,60 | 52,80 | 36 | 633,60 |
| 15 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 3,2 litros. | Un | 3 | 30,45 | 91,35 | 36 | 1.096,20 |
| 16 | **Coador de pano flanela,** na cor branca, industrial nº 08, medidas aproximadas altura 35 cm e largura de 32 cm. | Un | 30 | 6,25 | 187,50 | 360 | 2.250,00 |
| 17 | **Colher em aço inox,** para café com aproximadamente 9 cm. | Un | 24 | 1,60 | 38,40 | 288 | 460,80 |
| 18 | **Colher em aço inox,** para chá com aproximadamente 12 cm. | Un | 24 | 2,05 | 49,20 | 288 | 590,40 |
| 19 | **Colher em aço inox,** tamanho grande aproximadamente 30 cm a 35 cm, com cabo em madeira ou plástico. | Un | 3 | 17,80 | 53,40 | 36 | 640,80 |
| 20 | **Copo descartável para água 200 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2 grama de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 25 pacotes acondicionados em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 30 | 58,60 | 1.758,00 | 360 | 21.096,00 |
| 21 | **Copo descartável para café 50 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2gr, de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 50 pacotes, acondicionado em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 8 | 51,46 | 411,68 | 96 | 4.940,16 |
| 22 | **Copo meio cristal liso para água**, transparente, cilíndrico, com aproximadamente 14 cm de altura, 7 cm de diâmetro de boca, capacidade para 390 ml, fundo reforçado. | Un | 144 | 3,30 | 475,20 | 1.728 | 5.702,40 |
| 23 | **Desentupidor de pia**, pequeno. | Un | 1 | 5,10 | 5,10 | 12 | 61,20 |
| 24 | **Detergente,** neutro **100% biodegradável** sistema push pull procedimentos de acordo com as normas regulamentares do Ministério da Saúde, acondicionado em frasco com 500 ml. Marca “Ypê” ou similar | Un | 120 | 1,25 | 150,00 | 1.440 | 1.800,00 |
| 25 | **Dispenser poupa copo**, para copos descartáveis de água, 200 ml, com dispositivos semiautomático de fácil manuseio que libera apenas um copo de cada vez, em material plástico na cor branca. Capacidade de 100 copos. Marca “Free Cup” ou similar. | Un | 3 | 25,00 | 75,00 | 36 | 900,00 |
| 26 | **Esponja de aço,** pacote com 08 unidades, Marca “Bom Bril” ou similar | Pct | 28 | 2,11 | 59,08 | 336 | 708,96 |
| 27 | **Esponja tipo dupla face**, de espuma e manta abrasiva de alta qualidade. Marca “Scotch Brite” ou similar. | Un | 120 | 2,30 | 276,00 | 1.440 | 3.312,00 |
| 28 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 30 cm. de diâmetro. | Un | 5 | 2,65 | 13,25 | 60 | 159,00 |
| 29 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro. | Un | 5 | 3,00 | 15,00 | 60 | 180,00 |
| 30 | **Forro emborrachado,** para bandeja retangular, medido aproximadamente 45x30 cm. | Un | 5 | 4,00 | 20,00 | 60 | 240,00 |
| 31 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 | 30,00 | 240,00 | 96 | 2.880,00 |
| 32 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 | 28,80 | 230,40 | 96 | 2.764,80 |
| 33 | **Garrafa térmica** **tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 | 42,50 | 340,00 | 96 | 4.080,00 |
| 34 | **Garrafa térmica tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 | 29,76 | 238,08 | 96 | 2.856,96 |
| 35 | **Jarra de vidro** **com tampa,** com alça, liso transparente para água, com capacidade para 1,6 litros. Marca “Luminac Octime” ou similar | Un | 3 | 40,00 | 120,00 | 36 | 1.440,00 |
| 36 | **Jarra em inox,** com tampa articulada, capacidade 2 litros, com alça. | Un | 3 | 80,00 | 240,00 | 36 | 2.880,00 |
| 37 | **Limpador instantâneo multiuso,** frasco plástico com 500 ml, aromas diversos. Marca “Veja” ou similar | Un | 24 | 4,05 | 97,20 | 288 | 1.166,40 |
| 38 | **Lixeira plástica,** resistente, capacidade 50 litros, , com tampa acionada por pedal. | Un | 2 | 60,52 | 121,04 | 24 | 1.452,48 |
| 39 | **Pá com cabo para coleta de lixo**, em plástico polipropileno medida aproximada de 92 cm altura e 30 cm largura e 28 cm profundidade. | Un | 2 | 11,50 | 23,00 | 24 | 276,00 |
| 40 | **Pano de chão**, tiposaco, alvejado, duplo, com barradofeito, 100% algodão etiqueta de identificação, dimensões mínimas: 400 x 700 mm. Primeira qualidade. | Un | 50 | 2,95 | 147,50 | 600 | 1.770,00 |
| 41 | **Pano de pia**, flanela para limpeza na cor branca , nas medidas de 300 mm x 400 mm, overlocadas nas bordas, acondicionadas em embalagem plástica, com etiqueta de identificação contendo composição, medidas e demais informações do produto. Primeira qualidade. | Un | 36 | 3,30 | 118,80 | 432 | 1.425,60 |
| 42 | **Pano de prato**, para enxugar pratos em tecido liso 100% algodão, tamanho mínimo: 50 x 30 cm, com acabamento nas bordas. Primeira qualidade. | Un | 40 | 3,80 | 152,00 | 480 | 1.824,00 |
| 43 | **Polidor de metais,** para prataria e metais brancos conteúdo 200 ml. marca “Brasso”ou similar. | Un | 2 | 8,00 | 16,00 | 24 | 192,00 |
| 44 | **Porta mantimento,** em alumínio com capacidade para 5 litros. | Un | 2 | 16,00 | 32,00 | 24 | 384,00 |
| 45 | **Porta sabão e esponja**, em plástico polipropileno. | Un | 2 | 5,00 | 10,00 | 24 | 120,00 |
| 46 | **Rodo de metal**, borracha siliconada dupla 40 cm. Cabo plastificado e pendurico. | Un | 4 | 9,50 | 38,00 | 48 | 456,00 |
| 47 | **Sabão em barra,** de 200 gr., a base de sódio,glicerina, cloreto de sódio, ácidoetileno hidroxidifosfônico, carbonatode sódio, carbonato de cálcio, sulfatode sódio, corante e água, neutro. Marca “Ypê”ou similar | Un | 100 | 1,15 | 115,00 | 1.200 | 1.380,00 |
| 48 | **Sabão em pó,** multiação de l Kg, com detergente para composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, alquil benzeno sulfonato de sódio. Marca “Omo Multiação”ou similar | Pct | 24 | 5,11 | 122,64 | 288 | 1.471,68 |
| 49 | **Saco de lixo,** para uso doméstico de polietileno, preto reforçado, especificações de acordo com a NBR 9191, com capacidade para 100L , pacote contendo 100 unidades. | Pct | 5 | 20,00 | 100,00 | 60 | 1.200,00 |
| 50 | **Saponáceo cremoso,** 300 ml de pinho Marca “Sapólio Radium”ou similar. | Un | 24 | 6,50 | 156,00 | 288 | 1.872,00 |
| 51 | **Vassoura de pelo,** de animal sintética com 30 cm, cabo 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 | 7,00 | 28,00 | 48 | 336,00 |
| 52 | **Vassoura Plastiçável,** prensada, 30 cm, cerda de naylon.Cabo de madeira 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 | 8,90 | 35,60 | 48 | 427,20 |
| 53 | **Xícara com pires para café**, com capacidade de 50 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 72 | 8,30 | 597,60 | 864 | 7.171,20 |
| 54 | **Xícara com pires para chá**, com capacidade de 150 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 24 | 12,20 | 292,80 | 288 | 3.513,60 |
| **VALOR TOTAL MENSAL** | | | | | **15.380,39** |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL** | | | | | | | **184.564,68** |

**ANEXO IV**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 08/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 00/00/2016 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | |
| **ENCARREGADO** | | Posto | 1(um) | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV – Mão-de-obra** | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Encarregado** | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | R$ 2.104,40 | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Encarregado | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Salário Base | | | | R$ 2.104,40 | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | |
| D | Adicional noturno | | | |  | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | R$ 2.104,40 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | | R$ 238,70 | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | | R$ 570,25 | |
| C | Assistência odontlógica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | | R$ 5,00 | |
| D | Plano de Saúde | | | | R$ 0,00 | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | | R$ 2,50 | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | | R$ 0,00 | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | R$ 816,45 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | | R$ 258,29 | |
| B | Materiais | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | | R$ 13,25 | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | | **R$ 271,54** | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | |
| A | INSS | | | 20,00 | R$ 420,88 | |
| B | SESI ou SESC | | | 1,50 | R$ 31,57 | |
| C | SENAI ou SENAC | | | 1,00 | R$ 21,04 | |
| D | INCRA | | | 0,20 | R$ 4,21 | |
| E | Salário Educação | | | 2,50 | R$ 52,61 | |
| F | FGTS | | | 8,00 | R$ 168,35 | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | 3,00 | R$ 63,13 | |
| H | SEBRAE | | | 0,60 | R$ 12,63 | |
| **TOTAL** | | | | **36,80** | **R$ 774,42** | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | | R$ 175,30 | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | | R$ 58,50 | |
| Subtotal | | | | | R$ 233,80 | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | | R$ 86,04 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 319,84** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | | R$ 0,00 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 0,00** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | | R$ 87,54 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | | R$ 32,22 | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | | R$ 43,77 | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | | R$ 40,83 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | R$ 15,02 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | | R$ 20,41 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 239,79** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Férias (11,11%) | | | | R$ 233,80 | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | | R$ 29,25 | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | | R$ 0,44 | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | | R$ 5,89 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | | R$ 6,94 | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | |
| Subtotal | | | | | R$ 276,33 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | R$ 101,69 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 378,02** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | | R$ 774,42 | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | R$ 319,84 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | R$ 239,79 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | R$ 378,02 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 1.712,07** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 5,00 | R$ 152,66 |
| B | Tributos | | | |  |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25 | R$ 566,93 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00 | R$ 306,45 |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | | 5,00 | R$ 198,46 |
|  | **Total** | | | |  | **R$ 1.224,49** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | R$ 2.104,40 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | R$ 816,45 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | R$ 271,54 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | R$ 1.712,07 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | **R$ 4.904,46** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | R$ 1.224,49 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **R$ 6.128,95** |
|  |  |  |  |  |  |  |

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 08/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 30/03/2016 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | |
| **Garçon** | | Posto | 13 | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV – Mão-de-obra** | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Garçon** | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | **R$ 1.553,46** | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Garçon | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Salário Base | | | | R$ 1.553,46 | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | |
| D | Adicional noturno | | | |  | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | **R$ 1.553,46** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | | R$ 271,75 | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | | R$ 570,25 | |
| C | Assistência odontlógica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | | R$ 5,00 | |
| D | Plano de Saúde | | | |  | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | | R$ 2,50 | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | | R$ 0,00 | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | R$ 849,51 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | | R$ 290,63 | |
| B | Materiais | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | | R$ 13,25 | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | | **R$ 303,88** | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | |
| A | INSS | | | 20,00 | R$ 310,69 | |
| B | SESI ou SESC | | | 1,50 | R$ 23,30 | |
| C | SENAI ou SENAC | | | 1,00 | R$ 15,53 | |
| D | INCRA | | | 0,20 | R$ 3,11 | |
| E | Salário Educação | | | 2,50 | R$ 38,84 | |
| F | FGTS | | | 8,00 | R$ 124,28 | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | 3,00 | R$ 46,60 | |
| H | SEBRAE | | | 0,60 | R$ 9,32 | |
| **TOTAL** | | | | **36,80** | **R$ 571,67** | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | | R$ 129,40 | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | | R$ 43,19 | |
| Subtotal | | | | | R$ 172,59 | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | | R$ 63,51 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 236,10** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | | R$ 0,00 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 0,00** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | | R$ 64,62 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | | R$ 23,78 | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | | R$ 32,31 | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | | R$ 30,14 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | R$ 11,09 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | | R$ 15,07 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 177,01** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Férias (11,11%) | | | | R$ 172,59 | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | | R$ 21,59 | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | | R$ 0,33 | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | | R$ 4,35 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | | R$ 5,13 | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | |
| Subtotal | | | | | R$ 203,98 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | R$ 75,07 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 279,05** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | | R$ 571,67 | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | R$ 236,10 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | R$ 177,01 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | R$ 279,05 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 1.263,84** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 5,00 | R$ 112,69 |
| B | Tributos | | | |  |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25 | R$ 456,28 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00 | R$ 246,64 |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | | 5,00 | R$ 146,50 |
|  | **Total** | | | |  | **R$ 962,12** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | R$ 1.553,46 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | R$ 849,51 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | R$ 303,88 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | R$ 1.263,84 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | **R$ 3.970,69** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | R$ 962,12 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **R$ 4.932,81** |

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 08/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 30/03/2016 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | |
| **Garçonete** | | Posto | 2 | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo III – Mão-de-obra** | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Garçonete** | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | **R$ 1.553,46** | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Garçonete | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Salário Base | | | | R$ 1.553,46 | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | |
| D | Adicional noturno | | | |  | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | **R$ 1.553,46** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | | R$ 271,75 | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | | R$ 570,25 | |
| C | Assistência odontlógica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | | R$ 5,00 | |
| D | Plano de Saúde | | | |  | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | | R$ 2,50 | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | | R$ 0,00 | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | R$ 849,51 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | | R$ 322,63 | |
| B | Materiais | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | | R$ 13,25 | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | | **R$ 335,88** | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | |
| A | INSS | | | 20,00 | R$ 310,69 | |
| B | SESI ou SESC | | | 1,50 | R$ 23,30 | |
| C | SENAI ou SENAC | | | 1,00 | R$ 15,53 | |
| D | INCRA | | | 0,20 | R$ 3,11 | |
| E | Salário Educação | | | 2,50 | R$ 38,84 | |
| F | FGTS | | | 8,00 | R$ 124,28 | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | 3,00 | R$ 46,60 | |
| H | SEBRAE | | | 0,60 | R$ 9,32 | |
| **TOTAL** | | | | **36,80** | **R$ 571,67** | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | | R$ 129,40 | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | | R$ 43,19 | |
| Subtotal | | | | | R$ 172,59 | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | | R$ 63,51 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 236,10** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | | R$ 1,15 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | R$ 0,01 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 1,16** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | | R$ 64,62 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | | R$ 23,78 | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | | R$ 32,31 | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | | R$ 30,14 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | R$ 11,09 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | | R$ 15,07 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 177,01** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Férias (11,11%) | | | | R$ 172,59 | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | | R$ 21,59 | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | | R$ 0,00 | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | | R$ 4,35 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | | R$ 5,13 | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | |
| Subtotal | | | | | R$ 203,66 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | R$ 74,95 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 278,60** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | | R$ 571,67 | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | R$ 236,10 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | R$ 1,16 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | R$ 177,01 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | R$ 278,60 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 1.264,55** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 5,00 | R$ 112,72 |
| B | Tributos | | | |  |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25 | R$ 459,82 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00 | R$ 248,55 |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | | 5,00 | R$ 146,54 |
|  | **Total** | | | |  | **R$ 967,63** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | R$ 1.553,46 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | R$ 849,51 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | R$ 335,88 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | R$ 1.264,55 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | **R$ 4.003,40** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | R$ 967,63 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **R$ 4.971,03** |

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 08/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 00/00/2016 | | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | | |
| **Copeira** | | Posto | 13 | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Anexo IV – Mão-de-obra** | | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Copeira** | | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | **R$ 1.052,20** | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Copeira | | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | Salário Base | | | | R$ 1.052,20 | | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | | |
| D | Adicional noturno | | | |  | | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | **R$ 1.052,20** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | | R$ 301,83 | | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | | R$ 570,25 | | |
| C | Assistência odontlógica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | | R$ 5,00 | | |
| D | Plano de Saúde | | | |  | | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | | R$ 2,50 | | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | | R$ 0,00 | | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | R$ 879,58 | | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | | | R$ 219,05 | |
| B | Materiais | | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | | | R$ 13,25 | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | | | **R$ 232,30** | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | | |
| A | INSS | | | 20,00 | R$ 210,44 | | |
| B | SESI ou SESC | | | 1,50 | R$ 15,78 | | |
| C | SENAI ou SENAC | | | 1,00 | R$ 10,52 | | |
| D | INCRA | | | 0,20 | R$ 2,10 | | |
| E | Salário Educação | | | 2,50 | R$ 26,31 | | |
| F | FGTS | | | 8,00 | R$ 84,18 | | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | 3,00 | R$ 31,57 | | |
| H | SEBRAE | | | 0,60 | R$ 6,31 | | |
| **TOTAL** | | | | **36,80** | **R$ 387,21** | | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | | R$ 87,65 | | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | | R$ 29,25 | | |
| Subtotal | | | | | R$ 116,90 | | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | | R$ 43,02 | | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 159,92** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | | R$ 0,78 | | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 0,78** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | | R$ 43,77 | | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | | R$ 16,11 | | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | | R$ 21,89 | | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | | R$ 20,41 | | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | R$ 7,51 | | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | | R$ 10,21 | | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 119,90** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | Férias (11,11%) | | | | R$ 116,90 | | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | | R$ 14,63 | | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | | R$ 0,00 | | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | | R$ 2,95 | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | | R$ 3,47 | | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | | |
| Subtotal | | | | | R$ 137,94 | | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | R$ 50,76 | | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 188,71** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | | R$ 387,21 | | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | R$ 159,92 | | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | R$ 0,78 | | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | R$ 119,90 | | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | R$ 188,71 | | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 856,51** | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 5,00 | | R$ 76,35 |
| B | Tributos | | | |  | |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25 | | R$ 344,78 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00 | | R$ 186,37 |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  | |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  | |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | | 5,00 | | R$ 99,25 |
|  | **Total** | | | |  | | **R$ 706,75** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  | |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | | R$ 1.052,20 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | | R$ 879,58 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | | R$ 232,30 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | | R$ 856,51 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | | **R$ 3.020,60** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | | R$ 706,75 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | | **R$ 3.727,35** |

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 08/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 00/00/2016 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | |
| **Auxiliar de Serviços Gerais** | | Posto | 1(um) | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV – Mão-de-obra** | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Auxiliar de Serviços Gerais** | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | **R$ 1.052,20** | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Auxiliar de Serviços Gerais | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Salário Base | | | | R$ 1.052,20 | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | |
| D | Adicional noturno | | | |  | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | **R$ 1.052,20** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | | R$ 301,83 | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | | R$ 570,25 | |
| C | Assistência odontológica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | | R$ 5,00 | |
| D | Plano de Saúde | | | |  | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | | R$ 2,50 | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | | R$ 0,00 | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | | R$ 879,58 | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | | R$ 152,28 | |
| B | Materiais | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | | R$ 13,25 | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | | **R$ 165,53** | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | |
| A | INSS | | | 20,00 | R$ 210,44 | |
| B | SESI ou SESC | | | 1,50 | R$ 15,78 | |
| C | SENAI ou SENAC | | | 1,00 | R$ 10,52 | |
| D | INCRA | | | 0,20 | R$ 2,10 | |
| E | Salário Educação | | | 2,50 | R$ 26,31 | |
| F | FGTS | | | 8,00 | R$ 84,18 | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | | 3,00 | R$ 31,57 | |
| H | SEBRAE | | | 0,60 | R$ 6,31 | |
| **TOTAL** | | | | **36,80** | **R$ 387,21** | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | | R$ 87,65 | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | | R$ 29,25 | |
| Subtotal | | | | | R$ 116,90 | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | | R$ 43,02 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 159,92** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | | R$ 0,00 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 0,00** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | | R$ 43,77 | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | | R$ 16,11 | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | | R$ 21,89 | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | | R$ 20,41 | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | | R$ 7,51 | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | | R$ 10,21 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 119,90** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Férias (11,11%) | | | | R$ 116,90 | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | | R$ 14,63 | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | | R$ 0,22 | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | | R$ 2,95 | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | | R$ 3,47 | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | |
| Subtotal | | | | | R$ 138,16 | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | | R$ 50,84 | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 189,01** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | | R$ 387,21 | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | | R$ 159,92 | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | | R$ 0,00 | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | | R$ 119,90 | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | | R$ 189,01 | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | | **R$ 856,03** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 5,00 | R$ 76,33 |
| B | Tributos | | | |  |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25 | R$ 337,52 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00 | R$ 182,44 |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | | 5,00 | R$ 99,23 |
|  | **Total** | | | |  | **R$ 695,52** |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | R$ 1.052,20 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | R$ 879,58 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | R$ 165,53 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | R$ 856,03 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | **R$ 2.953,34** |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | R$ 695,52 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **R$ 3.648,87** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E GARÇONS - LUCRO REAL 2016** | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | **Qtde de empregados por posto** | **Valor proposto por posto** | **Qtde de postos** | **Valor total do serviço** |
| **(A)** | | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Encarregado | R$ 6.128,95 | 1 | R$ 6.128,95 | 1 | R$ 6.128,95 |
| II | Garçom | R$ 4.932,81 | 1 | R$ 4.932,81 | 11 | R$ 54.260,90 |
| III | Garçonete | R$ 4.971,03 | 1 | R$ 4.971,03 | 3 | R$ 14.913,08 |
| IV | Copeira | R$ 3.727,35 | 1 | R$ 3.727,35 | 13 | R$ 48.455,56 |
| V | Aux. Operacional | R$ 3.648,87 | 1 | R$ 3.648,87 | 1 | R$ 3.648,87 |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + IV)** | | | | | **29** | **R$ 127.407,36** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Anexo IV - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | | | | | |
| **Valor Global da Proposta** | | | | | | |
|  | **Descrição** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | **Encarregado** | | | | **R$ 6.128,95** | |
|  | **Garçom** | | | | **R$ 54.260,90** | |
|  | **Garçonete** | | | | **R$ 14.913,08** | |
|  | **Copeira** | | | | **R$ 48.455,56** | |
|  | **Auxiliar Operacional** | | | | **R$ 3.648,87** | |
| B | **Valor mensal do serviço** | | | | **R$ 127.407,36** | |
| C | **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato).** | | | | **R$ 1.528.888,29** | |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. | | | | |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | |  |  |  | |  |  | |
| **VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA + MATERIAIS)** | | | | | | | | |
| Descrição | | Mensal | | | | Anual | | |
| Mão de Obra | | R$ 127.407,36 | | | | R$ 1.528.888,29 | | |
| Materiais | | R$ 15.380,39 | | | | R$ 184.564,68 | | |
| **SOMA** | | **R$ 142.787,75** | | | | **R$ 1.713.452,97** | | |

**ANEXO V**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**(Em papel timbrado da licitante)**

AO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

BRASÍLIA-DF

Ref.: **Pregão Eletrônico Nº 08/2016MME**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para a **contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado),** de forma contínua, incluindo o fornecimento de todo material de consumo e de reposição necessários, por demanda, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia/MME, em Brasília/DF, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

A presente proposta para a prestação de **serviços de copeiragem** (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado), será pelo preço mensal de R$ \_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total global para 12 (doze) meses de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA TODAS AS CATEGORIAS**

**Processo nº** **48000.000678/2016-94**

**Pregão Eletrônico nº** 00/2016

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 00/00/2016 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | |
|  | | Posto | 1(um) | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | |  | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional | | | | **R$** | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Auxiliar de Serviços Gerais | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 01/01/2016 | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Salário Base | | | | R$ | |
| B | Adicional  de periculosidade | | | |  | |
| C | Adicional  de insalubridade | | | |  | |
| D | Adicional noturno | | | |  | |
| E | Hora noturna adicional | | | |  | |
| F | Adicional de Hora Extra | | | |  | |
| G | Intervalo Intrajornada | | | |  | |
| H | Outros (especificar) | | | |  | |
|  | **Total da Remuneração** | | | | **R$** | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Transporte = [20,7365 dias x 2(R$ 6,55 + R$ 2,25) - participação servidor 6%] Itinerário: Entorno/Rodoviária PP/Esplanada/Rodoviária PP/Entorno | | | |  | |
| B | Auxílio alimentação (Ticket, cartão alimentação, cesta básica, etc.) (R$ 27,50 x 20,7365 dias) | | | |  | |
| C | Assistência odontológica (R$ 5,00 - Clausula 19ª da Convenção) | | | |  | |
| D | Plano de Saúde | | | |  | |
| E | Seguro de vida e funeral (Clausula 18 ª da Convenção) | | | |  | |
| F | Outros (especificar) - Salário Família (Clausula 11 ª da Convenção) | | | |  | |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | | | |  | |
| Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Uniformes | | | |  | |
| B | Materiais | | | |  | |
| C | Equipamentos | | | |  | |
| D | Treinamento específico na área de atuação e de Sustentabilidade Ambiental, conforme dispostos no Itens 12.49 e 17.8 do Termo de Referência. | | | |  | |
|  | **Total de Insumos diversos** | | | |  | |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | | | **%** | **Valor (R$)** | |
| A | INSS | | |  |  | |
| B | SESI ou SESC | | |  |  | |
| C | SENAI ou SENAC | | |  |  | |
| D | INCRA | | |  |  | |
| E | Salário Educação | | |  |  | |
| F | FGTS | | |  |  | |
| G | Seguro acidente do trabalho | | |  |  | |
| H | SEBRAE | | |  |  | |
| **TOTAL** | | | |  |  | |
| Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | | |
| Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | 13 º Salário (8,33%) | | | |  | |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | | | |  | |
| Subtotal | | | | |  | |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade:** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Afastamento maternidade (0,074%) | | | |  | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Aviso prévio indenizado (4,16%) | | | |  | |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | | | |  | |
| C | Multa do FGTS do aviso prévio indenizado - 50% (2,08%) | | | |  | |
| D | Aviso prévio trabalhado (1,94%) | | | |  | |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | | | |  | |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado - 50% (0,97%) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | **Valor (R$)** | |
| A | Férias (11,11%) | | | |  | |
| B | Ausência por doença (1,39%) | | | |  | |
| C | Licença paternidade (0,021%) | | | |  | |
| D | Ausências legais (0,28%) | | | |  | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (0,33%) | | | |  | |
| F | Outros (especificar) | | | |  | |
| Subtotal | | | | |  | |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | | | | **Valor (R$)** | |
| 4.1 | 13 º salário + Adicional de férias | | | |  | |
| 4.2 | Encargos previdenciários e FGTS | | | |  | |
| 4.3 | Afastamento maternidade | | | |  | |
| 4.4 | Custo de rescisão | | | |  | |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | | | |  | |
| 4.6 | Outros (especificar) | | | |  | |
| **TOTAL** | | | | |  | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | | **%** | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | |  |  |
| B | Tributos | | | |  |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | |  |  |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | |  |  |
|  | B.3   Tributos Municipais (especificar) | | | |  |  |
|  | B.4   Outros tributos (especificar) | | | |  |  |
| C | Lucro - Estudo TCU - TC 025.990/2008-2 | | | |  |  |
|  | **Total** | | | |  |  |
| Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | |  |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | |  |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | |  |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | |  |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | |  |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | |  |
| **Valor total por empregado** | | | | | |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Uniformes** | | |
| **Posto** | **Valor Mensal** | **Valor Anual** |
| Garçom |  |  |
| Garçonete |  |  |
| Copeira |  |  |
| Encarregado |  |  |
| Auxiliar Operacional |  |  |
| **Valor Total** |  |  |

| **Materiais e Produtos de Copa a serem disponibilizados** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Produtos/Materiais** | **Und** | **Qtd. Mensal** | **Valor Unitário** | **Valor Total Mensal** | **Qtd. Anual** | **Valor Total Anual** |
| 1 | **Açúcar cristal**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 5 kg. | Pct | 100 |  |  |  |  |
| 2 | **Açúcar refinado**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 1 kg. | Kg | 100 |  |  |  |  |
| 3 | **Açucareiro de aço inox**, com colher e tampa, capacidade de 200 gr a 330 gr. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 4 | **Adoçante,** frasco de 100 ml. Marca “Zero Cal” ou similar. | Un | 36 |  |  |  |  |
| 5 | **Álcool,** etílico hidratado 96º GL (92,8º inpm) 1.000 ml, com registro no “INMETRO”, para limpeza de superfícies. | Lt | 24 |  |  |  |  |
| 6 | **Alvejante**, 1.000 ml, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo. Marca “QBoa” ou similar. | Lt | 48 |  |  |  |  |
| 7 | **Apoio para copo,** em aço inox. | Un | 12 |  |  |  |  |
| 8 | **Balde plástico,** 8 litros, com alça de alumínio de alta resistência. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 9 | **Bandeja em aço inox,** redonda, medida 35 cm de diâmetro. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 10 | **Bandeja** **em aço inox,** redonda, medida 45 cm de diâmetro. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 11 | **Bandeja** **em aço inox,** retangular, medida 48x32 cm. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 12 | **Bule de aço inox,** para café, capacidade de 750 ml a 1 litro | Un | 3 |  |  |  |  |
| 13 | **Café em pó,** torrado e moído em pó homogêneo, solúvel 100% puro, acondicionado em sistema de alto vácuo. "tijolinho" pacote 500 gramas, reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle contendo selo da ABIC, apresentando informações na embalagem conforme legislação em vigor, identificação tradicional, data de fabricação, data de vencimento, lote de fabricação, CNPJ, modo de conservação e telefone SAC ativo. Validade de 12 meses ou mais a partir da entrega pelo fornecedor. Para fins de cotação, deverá ser usada a medida de 01 (um) quilograma. Marca “Café Export” equivalente ou de melhor qualidade. | Kg | 400 |  |  |  |  |
| 14 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 1,8 litro. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 15 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 3,2 litros. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 16 | **Coador de pano flanela,** na cor branca, industrial nº 08, medidas aproximadas altura 35 cm e largura de 32 cm. | Un | 30 |  |  |  |  |
| 17 | **Colher em aço inox,** para café com aproximadamente 9 cm. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 18 | **Colher em aço inox,** para chá com aproximadamente 12 cm. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 19 | **Colher em aço inox,** tamanho grande aproximadamente 30 cm a 35 cm, com cabo em madeira ou plástico. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 20 | **Copo descartável para água 200 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2 grama de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 25 pacotes acondicionados em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 30 |  |  |  |  |
| 21 | **Copo descartável para café 50 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2gr, de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 50 pacotes, acondicionado em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 8 |  |  |  |  |
| 22 | **Copo meio cristal liso para água**, transparente, cilíndrico, com aproximadamente 14 cm de altura, 7 cm de diâmetro de boca, capacidade para 390 ml, fundo reforçado. | Un | 144 |  |  |  |  |
| 23 | **Desentupidor de pia**, pequeno. | Un | 1 |  |  |  |  |
| 24 | **Detergente,** neutro **100% biodegradável** sistema push pull procedimentos de acordo com as normas regulamentares do Ministério da Saúde, acondicionado em frasco com 500 ml. Marca “Ypê” ou similar | Un | 120 |  |  |  |  |
| 25 | **Dispenser poupa copo**, para copos descartáveis de água, 200 ml, com dispositivos semiautomático de fácil manuseio que libera apenas um copo de cada vez, em material plástico na cor branca. Capacidade de 100 copos. Marca “Free Cup” ou similar. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 26 | **Esponja de aço,** pacote com 08 unidades, Marca “Bom Bril” ou similar | Pct | 28 |  |  |  |  |
| 27 | **Esponja tipo dupla face**, de espuma e manta abrasiva de alta qualidade. Marca “Scotch Brite” ou similar. | Un | 120 |  |  |  |  |
| 28 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 30 cm. de diâmetro. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 29 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 30 | **Forro emborrachado,** para bandeja retangular, medido aproximadamente 45x30 cm. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 31 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 32 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 33 | **Garrafa térmica** **tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 34 | **Garrafa térmica tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 35 | **Jarra de vidro** **com tampa,** com alça, liso transparente para água, com capacidade para 1,6 litros. Marca “Luminac Octime” ou similar | Un | 3 |  |  |  |  |
| 36 | **Jarra em inox,** com tampa articulada, capacidade 2 litros, com alça. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 37 | **Limpador instantâneo multiuso,** frasco plástico com 500 ml, aromas diversos. Marca “Veja” ou similar | Un | 24 |  |  |  |  |
| 38 | **Lixeira plástica,** resistente, capacidade 50 litros, , com tampa acionada por pedal. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 39 | **Pá com cabo para coleta de lixo**, em plástico polipropileno medida aproximada de 92 cm altura e 30 cm largura e 28 cm profundidade. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 40 | **Pano de chão**, tiposaco, alvejado, duplo, com barradofeito, 100% algodão etiqueta de identificação, dimensões mínimas: 400 x 700 mm. Primeira qualidade. | Un | 50 |  |  |  |  |
| 41 | **Pano de pia**, flanela para limpeza na cor branca , nas medidas de 300 mm x 400 mm, overlocadas nas bordas, acondicionadas em embalagem plástica, com etiqueta de identificação contendo composição, medidas e demais informações do produto. Primeira qualidade. | Un | 36 |  |  |  |  |
| 42 | **Pano de prato**, para enxugar pratos em tecido liso 100% algodão, tamanho mínimo: 50 x 30 cm, com acabamento nas bordas. Primeira qualidade. | Un | 40 |  |  |  |  |
| 43 | **Polidor de metais,** para prataria e metais brancos conteúdo 200 ml. marca “Brasso”ou similar. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 44 | **Porta mantimento,** em alumínio com capacidade para 5 litros. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 45 | **Porta sabão e esponja**, em plástico polipropileno. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 46 | **Rodo de metal**, borracha siliconada dupla 40 cm. Cabo plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 47 | **Sabão em barra,** de 200 gr., a base de sódio,glicerina, cloreto de sódio, ácidoetileno hidroxidifosfônico, carbonatode sódio, carbonato de cálcio, sulfatode sódio, corante e água, neutro. Marca “Ypê”ou similar | Un | 100 |  |  |  |  |
| 48 | **Sabão em pó,** multiação de l Kg, com detergente para composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, alquil benzeno sulfonato de sódio. Marca “Omo Multiação”ou similar | Pct | 24 |  |  |  |  |
| 49 | **Saco de lixo,** para uso doméstico de polietileno, preto reforçado, especificações de acordo com a NBR 9191, com capacidade para 100L , pacote contendo 100 unidades. | Pct | 5 |  |  |  |  |
| 50 | **Saponáceo cremoso,** 300 ml de pinho Marca “Sapólio Radium”ou similar. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 51 | **Vassoura de pelo,** de animal sintética com 30 cm, cabo 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 52 | **Vassoura Plastiçável,** prensada, 30 cm, cerda de naylon.Cabo de madeira 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 53 | **Xícara com pires para café**, com capacidade de 50 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 72 |  |  |  |  |
| 54 | **Xícara com pires para chá**, com capacidade de 150 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 24 |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL MENSAL** | | | | |  |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL** | | | | | | |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | | | | | | | | |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | | | **Qtde de empregados por posto** | | **Valor proposto por posto** | | | **Qtde de postos** | | **Valor total do serviço** | |
| **(A)** | | **(B)** | | | **(C)** | | **(D) = (B x C)** | | | **(E)** | | **(F) = (D x E)** | |
| I | Encarregado |  | | | 1 | |  | | | 1 | |  | |
| II | Garçom |  | | | 1 | |  | | | 11 | |  | |
| III | Garçonete |  | | | 1 | |  | | | 3 | |  | |
| IV | Copeira |  | | | 1 | |  | | | 13 | |  | |
| V | Aux. Operacional |  | | | 1 | |  | | | 1 | |  | |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + IV)** | | | | | | | | | | **29** | |  | |
|  |  | | |  | |  | |  | |  | |  | |
| **Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | | | | | | | | | | | | |
| **Valor Global da Proposta** | | | | | | | | | | | | | |
|  | **Descrição** | | | | | | | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | **Encarregado** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Garçom** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Garçonete** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Copeira** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Auxiliar Operacional** | | | | | | | | | |  | | |
| B | **Valor mensal do serviço** | | | | | | | | | |  | | |
| C | **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato).** | | | | | | | | | |  | | |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. | | | | | | | | | | |  | |  |
|  |  | | |  | |  | |  | | |  | |  | | |
| **VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA + MATERIAIS)** | | | | | | | | | | | | | | |
| Descrição | | | Mensal | | | | | | Anual | | | | | |
| Mão de Obra | | |  | | | | | |  | | | | | |
| Materiais | | |  | | | | | |  | | | | | |
| **SOMA** | | |  | | | | | |  | | | | | |

OBSERVAÇÕES:

* + - * 1. A licitante deverá preencher **uma planilha para cada posto**, sob pena de desclassificação, de acordo com o modelo apresentado pelo Ministério de Minas e Energia, cujos percentuais e valores informados deverão retratar a exequibilidade da proposta, de acordo com a legislação vigente;
        2. **A utilização de outro modelo de planilha ensejará a desclassificação da licitante;**
        3. A licitante deverá indicar e adequar a sua planilha à respectiva Convenção Coletiva, no que couber;
        4. Consoante o disposto na Instrução Normativa IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 não deverão compor os tributos o IRPJ e a CSLL.
        5. As alíquotas dos tributos deverão ser cotados em conformidade com a natureza de cada licitante, observando a legislação vigente, em especial a InstruçãoNormativa IN/SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal, a Lei Complementar nº 123/2006, quando for o caso, e o Decreto – GDF nº 25.508/2005;
        6. A adjudicação ficará condicionada à apresentação de novas planilhas, durante a sessão de abertura, contemplando o último lance da detentora do menor preço, observando o disposto nos itens 1, 2, 3 e 4 acima.
        7. Em razão da natureza dos serviços, objeto desta contratação, consoante a legislação vigente, as empresas na condição de **microempresas ou empresas de pequeno porte não poderão apresentar alíquotas de tributos tomando por base a sua opção pelo SIMPLES**, ou seja, deverão fazer a sua cotação como todas as demais empresas;
        8. Considerando, para todos os efeitos, a prestação dos serviços em 22 dias úteis, com relação ao vale transporte, informamos que o parâmetro mínimo admissível por empregado é a cotação do trecho Cidade Satélite x Local de Trabalho e vice-versa, facultada, conforme convier à licitante, a cotação do trecho Cidade Satélite x Rodoviária x Local de Trabalho e vice versa, Todavia, ficam as licitantes alertadas que a vencedora do certame deverá arcar com os custos de passagens de quaisquer valores, incluindo-se aí aqueles relativos às cidades do entorno do Distrito Federal. Para tanto, caberá a cada licitante avaliar o contexto deste tipo de serviços e se for o caso, fazer a previsão em lucro ou despesas administrativas, pois não serão aceitos pleitos de acréscimos decorrentes de cotação insuficiente para cobrir os custos reais na execução dos serviços.

**8.1** O parâmetro acima, para o fornecimento de vale transporte, refere-se ao histórico das últimas contratações efetuadas pelo MME.

**9** Caso a licitante apresente valores ou índices diversos dos utilizados na planilha estimada **Anexo IV**, deverá apresentar **JUSTIFICATIVA e MEMÓRIA DE CÁLCULO**.

**10** A planilha constante do **ANEXO IV é EXEMPLIFICATIVA**. Contudo os tributos e encargos não poderão ser cotados em percentuais diversos do previsto na legislação vigente que rege a matéria.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo/Função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cart.ldent nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Expedido por: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Naturalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nacionalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Brasília, de de 2016.

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato.

**ANEXO VI**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

|  |
| --- |
| **Declaração**  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa) inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declara**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.  Local e Data  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Assinatura do representante legal) |

|  |
| --- |
| **Declaração**  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.  Local e Data  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Assinatura do representante legal) |

## Declaração

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** **que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado,** observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

|  |
| --- |
| **Declaração**    **ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**  (**Identificação da Licitação**)  (**Identificação completa do representante da licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da licitante**) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº** **08/2016,** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:   1. a proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; 2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (**identificação da licitação**) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; 3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) quanto a participar ou não da referida licitação; 4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) antes da adjudicação do objeto da referida licitação; 5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e 6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.   \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) |

**Declaração**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2016-MME**

**Processo nº 48000.00678/2016-94**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal, com identificação completa

|  |
| --- |
| **MODELO DE DECLARAÇÃO**  (Redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6, de 23 de dezembro de 2013)  **DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  **DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição estadual no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, vigentes na data da apresentação da nossa proposta:  **\*** Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Valor total dos Contratos **R$**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).  **DECLARO** que 1/12 (uma doze avos) dos Contratos firmados e acima elencados não é superior ao Patrimônio Líquido da empresa conforme cálculos demonstrativos abaixo:  (**\*\***O modelo dos cálculos demonstrativos estão anexos e disponíveis no *Comprasnet*)  **Observações**:  **\***Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o **endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, bem como anexar a esta declaração cópia dos respectivos contratos.**  **\*\***A diferença entre a Declaração de Compromissos Assumidos e a Receita Bruta **não pode ser superior a 10% para mais ou para menos**.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura e carimbo do emissor/empresa |

|  |
| --- |
| **cálculos demonstrativos disponíveis no *Comprasnet***  a) CÁLCULO REFERENTE A 1/12 AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS  Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **é superior** a 1/12 (um doze avos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.  Fórmula de cálculo: **Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1 =>** Esse resultado deverá ser superior a 1.  **Valor total dos contratos**    **Exemplo:** Declaração – R$ 120.000,00 (valor total dos Contratos vigentes)  Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 10.000,00 (1/12 avos de R$ 120.000,00 = R$ 10.000,00)  **Exemplo numérico 1**: considerando o Patrimônio Líquido de R$ 20.000,00  Valor do Patrimônio Líquido: R$ 20.000,00  Valor Total dos Contratos: R$ 120.000,00  Cálculo:20.000 x 12 = 2 >1          120.000    Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **não é** superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.    **Exemplo numérico 2:** considerando o Patrimônio Líquido de R$ 5.000,00  Valor do Patrimônio Líquido – R$ 5.000,00  Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  Cálculo:5.000 x 12 = 0,5 <1        120.000    b) CÁLCULO DEMONSTRATIVO DO VALOR DA RECEITA BRUTA DISCRIMINADA NA DRE EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL CONSTANTE NA DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA    Fórmula de cálculo: **(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =**  **Valor da Receita Bruta**    Obs.: caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação à receita bruta, a licitante deverá **apresentar as devidas justificativas**.    **Exemplo numérico 1:** considerando a Receita Bruta de R$ 130.000,00;  considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  **Cálculo: (**130.000 – 120.000) x 100 = 7,69% < 10%                       130.000    Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa.  **Exemplo numérico 2:** considerando a Receita Bruta de R$ 150.000,00;  considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  **Cálculo: (**150.000 – 120.000) x 100 = 20% > 10%                              150.000  Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa. |

**ANEXO VII**

**MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Contratação de empresa especializada, para prestação de **serviços de copeiragem** (copeira, garçom, auxiliar operacional e encarregado), de forma contínua, por demanda, incluindo o fornecimento de todo material de consumo e de reposição necessários, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia-MME, em Brasília/DF.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome da empresa |  | | | |
| CNPJ |  | | | |
| Endereço |  | | | |
| Telefones | Fixo | Celular | |  |
| E-mail |  | | | |
| Contatos |  | | | |
| Responsável |  | |  | |
| Assinatura |  | | | |

Declara, sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Brasília/DF,..................de.....................................de 2016

.......................................................................................................................................

Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

**ANEXO VIII**

**MODELOS DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

|  |
| --- |
| Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** ao Ministério de Minas e Energia que obedecerá rigorosamente o seguinte procedimento:  **1º)** No ato da assinatura do Contrato, a empresa fornecerá os dados da Agência bancária da conta vinculada (número, nome, endereço e telefone da agência).  A partir da comunicação dos dados não poderá alterar/trocar a Agência bancária, somente em casos excepcionais, com comprovada justificativa, por escrito, aceita e autorizada pelo MME;  **2º)** O MME comunicará à Agência bancária oficial do Governo, estabelecida na Asa Norte/DF;  **3º)** A Agência Governo comunicará a Agência bancária escolhida pelo Contratado a instrução de procedimentos e a autorização;  **4º)** Agência bancária convocará o Contratado para os procedimentos bancários:  providenciar, excepcionalmente, **abertura de Conta Corrente** vinculada (bloqueada para movimentação), em nome da Proponente acima indicada, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato**, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02/2008 a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato/MME n.º \_\_\_\_\_\_ firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial da União no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/ 2015, página nº \_\_\_ e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.  **Declara**, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou utilizados mediante autorização do Ministério de Minas e Energia, exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Representante da licitante  Dados do Representante:  Qualificação do Representante:  Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO IX**

**MODELOS DE AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E DEPÓSITO**

|  |
| --- |
| Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejament0, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o Ministério de Minas e Energia a:  Efetivar descontos na fatura mensal relativos aos valores correspondentes aos **salários e demais verbas trabalhistas** devidas aos empregados, sempre que houver falha no cumprimento dessas obrigações, tais como pagamentos não efetuados no prazo legal, ou pagos com falta ou incorreção, e até à regularização da obrigação, efetivar os depósitos nas respectivas contas correntes, relativos aos empregados vinculados ao Contrato para prestação dos serviços terceirizados, objeto do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2016**, processo nº **48000.000929/2015-51**; e  **Declara**, ainda, que dentro do prazo de **10 (dez) dias** da assinatura do Contrato para a prestação dos serviços fornecerá ao Ministério de Minas e Energia, a relação individualizada dos empregados, indicando o nome e o número (código) do Banco, da Agência e da Conta Corrente para depósito dos salários, nome e CPF do empregado, sua função e o valor total de sua remuneração, bem como todos os demais dados necessários para o cumprimento das disposições desta autorização.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Representante da licitante  Qualificação do Representante:  Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO X**

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº **48000.000678/2016-94**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2016, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

A União, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, na cidade de Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, inscrito no CNPJ sob nº37.115.383/0001-53, neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, com fundamento no Artigo 42, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovada pela Portaria SE/MME nº \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito no CPF nº ................................. , portador da Carteira de Identidade nº ............................., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº **48000.000678/2016-94** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, e demais disposições aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 08/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, garçonete, auxiliar operacional e encarregado),** incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição necessários, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, de forma contínua, no período de vigência do Contrato, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta da vencedora, com os documentos que a compõem independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, conforme fixado no Edital, com início na data de ........../......../........ e encerramento em ........../........./......... , podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

* + 1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
    2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
    3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
    4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
    5. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
  1. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.

1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
   1. O valor mensal da contratação é de R$ .................... (.....), perfazendo o valor total anual de R$ ...................... (....), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **08/2016**, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:

| **Materiais e Produtos de Copa** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Produtos/Materiais** | **Und** | **Qtd. Mensal** | **Valor Unitário** | **Valor Total Mensal** | **Qtd. Anual** | **Valor Total Anual** |
| 1 | **Açúcar cristal**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 5 kg. | Pct | 100 |  |  |  |  |
| 2 | **Açúcar refinado**, branco, isento de impurezas, acondicionado em saco plástico, atóxico com data de fabricação e validade. Pacote com 1 kg. | Kg | 100 |  |  |  |  |
| 3 | **Açucareiro de aço inox**, com colher e tampa, capacidade de 200 gr a 330 gr. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 4 | **Adoçante,** frasco de 100 ml. Marca “Zero Cal” ou similar. | Un | 36 |  |  |  |  |
| 5 | **Álcool,** etílico hidratado 96º GL (92,8º inpm) 1.000 ml, com registro no “INMETRO”, para limpeza de superfícies. | Lt | 24 |  |  |  |  |
| 6 | **Alvejante**, 1.000 ml, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor de cloro ativo. Marca “QBoa” ou similar. | Lt | 48 |  |  |  |  |
| 7 | **Apoio para copo,** em aço inox. | Un | 12 |  |  |  |  |
| 8 | **Balde plástico,** 8 litros, com alça de alumínio de alta resistência. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 9 | **Bandeja em aço inox,** redonda, medida 35 cm de diâmetro. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 10 | **Bandeja** **em aço inox,** redonda, medida 45 cm de diâmetro. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 11 | **Bandeja** **em aço inox,** retangular, medida 48x32 cm. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 12 | **Bule de aço inox,** para café, capacidade de 750 ml a 1 litro | Un | 3 |  |  |  |  |
| 13 | **Café em pó,** torrado e moído em pó homogêneo, solúvel 100% puro, acondicionado em sistema de alto vácuo. "tijolinho" pacote 500 gramas, reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle contendo selo da ABIC, apresentando informações na embalagem conforme legislação em vigor, identificação tradicional, data de fabricação, data de vencimento, lote de fabricação, CNPJ, modo de conservação e telefone SAC ativo. Validade de 12 meses ou mais a partir da entrega pelo fornecedor. Para fins de cotação, deverá ser usada a medida de 01 (um) quilograma. Marca “Café Export” equivalente ou de melhor qualidade. | Kg | 400 |  |  |  |  |
| 14 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 1,8 litro. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 15 | **Caneca,** com borda e bico, com alça em baquelite, com capacidade de 3,2 litros. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 16 | **Coador de pano flanela,** na cor branca, industrial nº 08, medidas aproximadas altura 35 cm e largura de 32 cm. | Un | 30 |  |  |  |  |
| 17 | **Colher em aço inox,** para café com aproximadamente 9 cm. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 18 | **Colher em aço inox,** para chá com aproximadamente 12 cm. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 19 | **Colher em aço inox,** tamanho grande aproximadamente 30 cm a 35 cm, com cabo em madeira ou plástico. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 20 | **Copo descartável para água 200 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2 grama de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 25 pacotes acondicionados em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 30 |  |  |  |  |
| 21 | **Copo descartável para café 50 ml**, em polipropileno, (pp) material atóxico, cristal, corpo frisado, bordas arredondadas, peso mínimo de 2,2gr, de acordo com as normas técnicas da ABNT NBR 14856. Caixa com 50 pacotes, acondicionado em sacos plásticos, lacrados, contendo 100 unidades. | Cx | 8 |  |  |  |  |
| 22 | **Copo meio cristal liso para água**, transparente, cilíndrico, com aproximadamente 14 cm de altura, 7 cm de diâmetro de boca, capacidade para 390 ml, fundo reforçado. | Un | 144 |  |  |  |  |
| 23 | **Desentupidor de pia**, pequeno. | Un | 1 |  |  |  |  |
| 24 | **Detergente,** neutro **100% biodegradável** sistema push pull procedimentos de acordo com as normas regulamentares do Ministério da Saúde, acondicionado em frasco com 500 ml. Marca “Ypê” ou similar | Un | 120 |  |  |  |  |
| 25 | **Dispenser poupa copo**, para copos descartáveis de água, 200 ml, com dispositivos semiautomático de fácil manuseio que libera apenas um copo de cada vez, em material plástico na cor branca. Capacidade de 100 copos. Marca “Free Cup” ou similar. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 26 | **Esponja de aço,** pacote com 08 unidades, Marca “Bom Bril” ou similar | Pct | 28 |  |  |  |  |
| 27 | **Esponja tipo dupla face**, de espuma e manta abrasiva de alta qualidade. Marca “Scotch Brite” ou similar. | Un | 120 |  |  |  |  |
| 28 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 30 cm. de diâmetro. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 29 | **Forro emborrachado,** para bandeja redonda, medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 30 | **Forro emborrachado,** para bandeja retangular, medido aproximadamente 45x30 cm. | Un | 5 |  |  |  |  |
| 31 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 32 | **Garrafa térmica tampa de rosca** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 33 | **Garrafa térmica** **tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 1 litro. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 34 | **Garrafa térmica tampa de pressão** em polipropileno e ampola de vidro formada por duas paredes de vidro espelhados com prata e separadas por alto vácuo, que garanta a temperatura por até 6 horas, com capacidade para 0,5 litros. | Un | 8 |  |  |  |  |
| 35 | **Jarra de vidro** **com tampa,** com alça, liso transparente para água, com capacidade para 1,6 litros. Marca “Luminac Octime” ou similar | Un | 3 |  |  |  |  |
| 36 | **Jarra em inox,** com tampa articulada, capacidade 2 litros, com alça. | Un | 3 |  |  |  |  |
| 37 | **Limpador instantâneo multiuso,** frasco plástico com 500 ml, aromas diversos. Marca “Veja” ou similar | Un | 24 |  |  |  |  |
| 38 | **Lixeira plástica,** resistente, capacidade 50 litros, , com tampa acionada por pedal. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 39 | **Pá com cabo para coleta de lixo**, em plástico polipropileno medida aproximada de 92 cm altura e 30 cm largura e 28 cm profundidade. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 40 | **Pano de chão**, tiposaco, alvejado, duplo, com barradofeito, 100% algodão etiqueta de identificação, dimensões mínimas: 400 x 700 mm. Primeira qualidade. | Un | 50 |  |  |  |  |
| 41 | **Pano de pia**, flanela para limpeza na cor branca , nas medidas de 300 mm x 400 mm, overlocadas nas bordas, acondicionadas em embalagem plástica, com etiqueta de identificação contendo composição, medidas e demais informações do produto. Primeira qualidade. | Un | 36 |  |  |  |  |
| 42 | **Pano de prato**, para enxugar pratos em tecido liso 100% algodão, tamanho mínimo: 50 x 30 cm, com acabamento nas bordas. Primeira qualidade. | Un | 40 |  |  |  |  |
| 43 | **Polidor de metais,** para prataria e metais brancos conteúdo 200 ml. marca “Brasso”ou similar. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 44 | **Porta mantimento,** em alumínio com capacidade para 5 litros. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 45 | **Porta sabão e esponja**, em plástico polipropileno. | Un | 2 |  |  |  |  |
| 46 | **Rodo de metal**, borracha siliconada dupla 40 cm. Cabo plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 47 | **Sabão em barra,** de 200 gr., a base de sódio,glicerina, cloreto de sódio, ácidoetileno hidroxidifosfônico, carbonatode sódio, carbonato de cálcio, sulfatode sódio, corante e água, neutro. Marca “Ypê”ou similar | Un | 100 |  |  |  |  |
| 48 | **Sabão em pó,** multiação de l Kg, com detergente para composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, essência, alquil benzeno sulfonato de sódio. Marca “Omo Multiação”ou similar | Pct | 24 |  |  |  |  |
| 49 | **Saco de lixo,** para uso doméstico de polietileno, preto reforçado, especificações de acordo com a NBR 9191, com capacidade para 100L , pacote contendo 100 unidades. | Pct | 5 |  |  |  |  |
| 50 | **Saponáceo cremoso,** 300 ml de pinho Marca “Sapólio Radium”ou similar. | Un | 24 |  |  |  |  |
| 51 | **Vassoura de pelo,** de animal sintética com 30 cm, cabo 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 52 | **Vassoura Plastiçável,** prensada, 30 cm, cerda de naylon.Cabo de madeira 1,20 m plastificado e pendurico. | Un | 4 |  |  |  |  |
| 53 | **Xícara com pires para café**, com capacidade de 50 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 72 |  |  |  |  |
| 54 | **Xícara com pires para chá**, com capacidade de 150 ml, em porcelana de 1ª linha branca. | Un | 24 |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL MENSAL** | | | | |  |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL** | | | | | | |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | | | | | | | | |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | | | **Qtde de empregados por posto** | | **Valor proposto por posto** | | | **Qtde de postos** | | **Valor total do serviço** | |
| **(A)** | | **(B)** | | | **(C)** | | **(D) = (B x C)** | | | **(E)** | | **(F) = (D x E)** | |
| I | Encarregado |  | | | 1 | |  | | | 1 | |  | |
| II | Garçom |  | | | 1 | |  | | | 11 | |  | |
| III | Garçonete |  | | | 1 | |  | | | 3 | |  | |
| IV | Copeira |  | | | 1 | |  | | | 13 | |  | |
| V | Aux. Operacional |  | | | 1 | |  | | | 1 | |  | |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + IV)** | | | | | | | | | | **29** | |  | |
|  |  | | |  | |  | |  | |  | |  | |
| **Quadro - Demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | | | | | | | | | | | | |
| **Valor Global da Proposta** | | | | | | | | | | | | | |
|  | **Descrição** | | | | | | | | | | **Valor (R$)** | | |
| A | **Encarregado** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Garçom** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Garçonete** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Copeira** | | | | | | | | | |  | | |
|  | **Auxiliar Operacional** | | | | | | | | | |  | | |
| B | **Valor mensal do serviço** | | | | | | | | | |  | | |
| C | **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato).** | | | | | | | | | |  | | |
|  |  | | |  | |  | |  | | |  | |  | | |
| **VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS (MÃO DE OBRA + MATERIAIS)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Descrição** | | | **Mensal** | | | | | | **Anual** | | | | | |
| **Mão de Obra** | | |  | | | | | |  | | | | | |
| **Materiais** | | |  | | | | | |  | | | | | |
| **SOMA** | | |  | | | | | |  | | | | | |

* 1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 320016; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.37, UGR: 320016.

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO
   1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.
   2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
   3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
      1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida por este Contrato;
      2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
      3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta constante do Edital.
   4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
   5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida por este Contrato, ou na data do encerramento da vigência deste Contrato, caso não haja prorrogação.
   6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
   7. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
      1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
      2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
      3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
   8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível o Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
   9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
   10. O Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
   11. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida por este Contrato.
   12. A CONTRATADA deverá demonstrar a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovar o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
       1. os preços praticados no mercado ou em outros Contratos da Administração;
       2. as particularidades do Contrato em vigência;
       3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
       4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
       5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
       6. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
   13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
       1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
       2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
       3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
   14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
   15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
   16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
   17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao Contrato.
3. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R$ ............... (.......................), na modalidade de .............................., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de **10 (dez) dias**, observadas as condições previstas no Edital.

* 1. A garantia prevista em edital, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO
   1. Os serviços definidos no objeto deste Instrumento serão de execução indireta no regime de empreitada por preço global, em conformidade com o estabelecido no artigo 10, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.
   2. A Fiscalização pelo Contratante está prevista no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações do Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
3. CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE SUSTENTATBILIDADE
   1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3o da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
   1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:
5. advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
6. Multa moratória diária de **1%** (um por cento), sobre o valor total do Contrato no caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante de **2% (**dois por cento);
7. multa moratória diária de **0,07%** (um décimo por cento) sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega, limitado ao montante de 2% (dois por cento);
8. multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos seguintes casos quando:

**d1** – constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

**d2** – deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

**d3** – atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas.

**d4** – atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.

1. multa diária de **1%** (um por cento), sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na abertura da conta corrente de que trata o item 21 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
2. multa diária de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
3. multa compensatória de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
   1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
   2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
6. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
7. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
8. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
   1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
9. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
   1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES**
    1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.
    2. As comunicações feitas ao Contratante deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 3319.5464.
    3. As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas a empresa .................... , estabelecida no .............................., CEP: .....................
11. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
    1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2016.

Pelo CONTRATANTE:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Ministério de Minas e Energia

**Pela CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF/MF: CPF/MF:

**ANEXO XI**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

|  |
| --- |
| **ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A**  **AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**  **Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra** |
| **Termo de Conciliação Judicial** |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;  CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;  CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;  CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".  CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;  CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);  CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);  CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;  CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:  "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas”.  RESOLVEM  Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:  Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:  a) – Serviços de limpeza;  b) – Serviços de conservação;  c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;  d) – Serviços de recepção;  e) – Serviços de copeiragem;  f) – Serviços de reprografia;  g) – Serviços de telefonia;  h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;  i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;  j) – Serviços de auxiliar de escritório;  k) – Serviços de auxiliar administrativo;  l) – Serviços de Office boy (contínuo);  m) – Serviços de digitação;  n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;  o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;  p) – Serviços de ascensorista;  q) – Serviços de enfermagem; e r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.  Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.  Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.  Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.  Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;  Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.  Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.  Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.  DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO  Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).  Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.  Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.  DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA  Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.  DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE  Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.  Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.  Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.  Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.  Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.  Brasília, 05 de junho de 2003.  GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União  HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União  Testemunhas:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ GRIJALBO FERNANDES COUTINHO Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PAULO SÉRGIO DOMINGUES Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ REGINA BUTRUS Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  do Trabalho - ANPT |